

Reconquista

Arlindo Veiga dos Santos — Ponderações à margem do Centenário de Dona Isabel I do Brasil, Imperatriz no exílio * *J. P. Galvão de Sousa* — O fundamento objectivo da ordem moral e jurídica * *Miguel Trigueiros* — Estrelas para um novo céu * *Maurício Benedicto Ottoni* — São Francisco de Assis e os nossos tempos * SAUDADES * DOCUMENTOS * NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

JERONIMO R. MATTOS
TERESA M. ALATIAN ROY



VOL. III

NÚM. 4

1952

Reconquista

REVISTA BILINGUE DE CULTURA PUBLICADA TRIMESTRALMENTE

Director: *José Pedro Galvão de Sousa*
Secção portuguesa: *Fernando de Aguiar*
Sección castellana: *Francisco Ellas de Tejada*

Av. Ipiranga, 1123 - c. 603 - Telefone: 32-6620
SÃO PAULO — BRASIL

Assinatura anual 60 cruzeiros
Número avulso 20 cruzeiros

ESPAÑA — Evaristo Bruzon Carló — Cruz, num. 1 - 2.º —
Telefone - 225675

Suscripción anual 50 pesetas
Número suelto 15 pesetas

PORTUGAL — Correspondência e assinaturas: Rua do Conde
de Redondo, 121 - 1.º - Tel. 55954

Distribuidores gerais:
Livreria Cruz — Braga

Assinatura anual 50 escudos
Número avulso 15 escudos

Reconquista

VOLUME III — 1952 — NÚMERO 4

- Arlindo Veiga dos Santos — Ponderações à
margem do Centenário de Dona Isabel I do
Brasil, Imperatriz no exílio 203
- J. P. Galvão de Sousa — O fundamento objec-
tivo da ordem moral e jurídica 212

DISCURSOS E CONFERÊNCIAS

- Miguel Trigueiros — Estrelas para um novo céu 227
- Maurício Benedicto Ottoni — São Francisco de Assis e os
nossos tempos 238

SAUDADES

- Charles Maurras 244

DOCUMENTOS

- Circular da Sagrada Congregação dos Seminários ao Epis-
copado do Brasil 246

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- Cyro Políceno Junior — Um livro e uma esperança 254

TERESA M. MALATIAN ROY

Recopilación

LIBRO DE ...

NÚMERO ...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

PONDERAÇÕES À MARGEM DO CENTENÁRIO DE
DONA ISABEL I DO BRASIL, IMPERATRIZ
NO EXÍLIO

Arlindo VEIGA DOS SANTOS
(São Paulo)

Farta será a messe de loas à Dinasta Bragantina, Princesa Isabel, nos jornais e outras publicações destes dias e ano do seu centenário natalício. Como porém não falece agora, adentro já dos arraiais da Pátria Católica e Imperial, a legião dos estrangeiros interiores, sem espírito nacional e tradicional, a serviço pois de pretensões externas, imensas serão as raivas contra a celebração da representante legítima da nossa distante Dignidade histórica a favor da última e lógica consequência da superstição republicana: a república socialista, bolchevista, mais estrangeira, mais infame e mais indesejável ainda do que a actual.

Não fica mal, no entanto, dizermos cá, neste cantinho humilde, o que representou essa excelsa personalidade nacional histórica, nos fastos da vida pátria, pois ela não significa apenas uma vocação especial brasileira, senão que ultrapassa, pelo conteúdo humano da sua obra consciente, os limites dum nobre e glorioso Império, o Império que fomos e ainda somos, graças a Deus, na realidade soberba creada no passado pelos nossos Avós e na esperança insofreável que não admitimos nos seja negada e que acalentamos de seu reflorescimento futuro, assim que tombem dos olhos as escamas espessas destas gerações iludidas, ludibriadas pela escola, pela politicagem e pelos livros escolares desnacionalizantes, republiqueiros.

Num ambiente em que desgraças prístinas, com raiz no regalismo pombalino e no maçonismo liberal, haviam debilitado o vigor do espírito integral católico plantado pelos missionários das ordens religiosas, especialmente dos jesuítas, e protegido e fomentado pelos Bispos magníficos vindos do fidelíssimo Portugal, fortes em doutrina, vida espiritual e zelo indefesso — conservou Isabel a alma das mulheres fortes, cristãs e patriotas, embebidas de profunda caridade (condão igualmente da Imperatriz sua extremosa Mãe), a qual a levaria a arrostar com a queda política que somente desonrou os seus traidores, à perda do Trono dos nossos Maiores a favor do acto cristianíssimo da liberdade dos cativos, que estôicamente consumou. Para isso, propugnava de modo ostensivo, “inconveniente” em face de graves interesses económicos e políticos (no sentido rasteiro) e “jurídicos”, a abolição total da escravatura estabelecida pelo renascimento do direito romano pagão.

Inspirou *escandalosamente* a fundação, em pleno palácio residencial, do *Correio Imperial*, jornalzinho abolicionista de seus próprios filhos, príncipes que a república dos mações e escravocratas exilaria de sua Pátria por 33 anos (de 1889 a 1922), até que um brasileiro superior dissesse: “A história dirá se ele (Dom Pedro II) podia ter feito mais pelo bem do país, ou se apenas pôde fazer quanto nos legou, ao findar a sua missão; mas já hoje ninguém deixa de reconhecer que ele prestou notáveis serviços à nação, sobretudo no tocante à moralização do poder público, ao desenvolvimento das letras e à defesa nacional” (Épitécio Pessoa, *Mensagem* ao Congresso Nacional a 3-5-1920). E foi levantada a lei do banimento.

“Tendo a princesa dito ao barão de Cotegipe que precisava fazer alguma cousa em favor do elemento servil (diz Galanti no V vol. da sua “História do Brasil”), e tendo ele respondido que esperava pela reabertura das câmaras, a regente (Princesa Isabel) TOMOU MEDIDAS EM QUE DOIS ELEMENTOS PREDOMINANTES REVELARAM, PELO MENOS, A VONTADE SOBERANA (grifos nossos). O primeiro elemento foi o *Correio Imperial*, pequeno jornal, redigido e composto em palácio pelos príncipes, filhos de Dona Isabel. Nele fazia-se propaganda abolicionista e profligavam-se os abusos dos escravocratas. Conquanto Cotegipe

tivesse mostrado, segundo dizem, a sua maravilha a respeito, o *Correio Imperial* continuou a espalhar as suas doutrinas. O segundo elemento consistiu na campanha da emancipação da cidade e município de Petrópolis, abertamente iniciada, favorecida e dirigida pela princesa imperial em pessoa”.

Esses os actos abolicionistas, essa a atitude daquela mesma mulher que, mais tarde, privada por um motim afortunado da ascensão ao Trono dos seus Antepassados de setecentos anos, ao retirar-se do paço imperial bateu com pulso forte na mesa em que assinara a Lei Áurea e exclamou: “Se tudo quanto acontece provém do decreto que aqui assiniei, não me arrependo um só momento. Ainda hoje o assinaria”.

Debalde cuidam certos historieiros de partido em diminuir a atitude principesca dizendo que a *evolução* já trazia a liberdade. Como se a evolução, um dado puramente abstracto e inoperante sem a actividade humana na História, bastasse por si a realizar tamanha obra. Tal *evolução* não fez o mesmo nos Estados-Unidos. Não fora a posição firme de Lincoln e outros chefes do Norte, e continuaria o cativoiro.

Aliás, nessa atitude desassombrada de Isabel situamos uma das causas da sua “antipatia” perante muita gente que já naqueles tempos se sentia prejudicada, tal como há uns quatro lustros se deu com êste articulista ao defender e propor (com os Papas) a organização corporativa cristã, o salário justo, o salário familiar, a participação nos lucros e outras justiça que hoje são novidades” socialistas (?) nada estranhas, nada “revolucionárias”, mas até “anti-comunistas”, embora levantem ódios dos tubarões dos lucros extraordinários — usuras surripadas criminosamente ao infeliz povo brasileiro empobrecido pelas experiências económica-financeiras da república, sem que haja um mísero pelourinho de exemplar castigo para tantas revoltantes ladroeiros e cinismos.

Três vezes foi a admirável bragantina Regente do Império, quer dizer — Imperatriz de facto: 1.ª, de 5-1871 a 3-1872; 2.ª, de 3-1876 a 9-1877; 3.ª, de 6-1887 a 8-1888.

Nesses três curtos períodos, sob sua égide e quiçá inspiração, o que é certo nos actos pró-liberdade do elemento servil, produziram-se notáveis realizações políticas de que a clássica

ignorância brasileira em matéria de história pátria não toma suficiente notícia. Entre esses actos memoráveis contam-se forçosamente mais sabidos, às vezes para serem inferiormente aquilatados, a lei do Ventre Livre e a Lei Áurea, "arrancados" a dois gabinetes cautelosos . . .

Constituíram eles a um tempo óptimos e infelizes motivos para a verborragia canalha dos "escravocratas de barrete frígido" (como afirmava o republicano Luís Gama que não tinha papas na língua contra os hipócritas), escravocratas esses necessitados de carvão para a fogueirinha mirrada da sua propaganda anti-imperial ou, melhor, anti-nacional.

As conhecidas simpatias de Isabel e adesão aos Bispos contra a maçonaria e o gabinete que essa inspirava na luta contra a Igreja na chamada Questão religiosa, a grandeza da sua fé públicamente manifesta, a sua catolicidade operante — tudo isso a desfavorecia perante os poderes ocultos em que mal acreditavam (como ainda hoje) os ingénuos por ignorância do problema ou por estupidez irremediável.

Condenaram-na nas alfurjas secretas. Trocaram-se pranchas infames. Consultavam-se entre si as lojas maçónicas com respeito ao advento do Reinado Isabelino que se anunciava (à vista de muitos) limpamente católico, limpamente nacional contra as intromissões das seitas sem-pátria e anti-pátrias.

Pelo muito que faz ao nosso propósito, não nos furtamos a transcrever as palavras do inesquecível amigo, Dr. A. Felício dos Santos, na *União* de 18-1-1931:

— "Não é difícil apontar alguns dos espíritos malignos reinantes entre nós e cuja acção era quase nula antes da deposição do reinado de Jesus Cristo na Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Explique-se o nosso caso como se quiser, o facto aí está. Não se alegue que caímos no sofisma do *post hoc ergo propter hoc* quando inculpamos pelas ruínas morais a apostasia.

"Aliás quando se referem os ateus ao desenvolvimento do catolicismo depois da república, é esse o falso argumento deles.

"Desfaz-se toda essa fantasmagoria facilmente. Se o número e o fervor dos católicos tem aumentado, muitíssimo maior é o número e a audácia dos ateus e a imoralidade geral.

"No antigo regímen, é certo, principalmente nos últimos tempos, eram tíbios os católicos, mas raríssimos eram os políticos ateístas, e o povo inspirava-se na moral religiosa que o governo proclamava e o imperador professava públicamente. E os costumes nela se inspiravam. O Imperador tinha a missa no palácio, e comungava, ao menos pela Páscoa. Quanto a sua sucessora eventual (Isabel), sabia-se quanto era fervoroso o seu catolicismo. — E ISSO (prestem atenção!) ISSO FOI A CAUSA REAL DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA. (Grifos e parênteses nossos).

"Não havia no antigo regímen professores propalantes do ateísmo: nem no ensino primário nem no secundário. No ensino superior um ou outro professor "passava por livre pensador" mas não ousava combater, de cadeira, a religião do povo".

Para se avaliar do mérito de quem tais coisas asserta, confira-se esta sua *confissão*:

— "Quem, como nós, tem sido agraciado com uma longa vida, passada por mais de 40 anos no regímen monárquico, e 40 anos sob o da república ateia, pode compará-la bem. E não somos suspeitos, pois fomos sempre republicanos e nenhum despeito nos inspira. Queríamos a república pela evolução política e não pela revolução ou por surpresa. Errávamos talvez, mas de boa fé.

"Em todo caso aderimos logo à proclamação da república, ILUDIDOS COMO TANTOS OUTROS, sem ver que os directores *reais* alvejavam mais a deposição de Deus do que a do monarca. Foi uma verdadeira *ournée de dupes*..." (A *União*, 30-11-1930).

Leram-se aí, por conseguinte, palavras de um antigo republicano brasileiro (errado mas sincero), iludido como tantos outros ignorantes das raízes do regime intruso, e que da república se afastou após havê-la entusiásticamente proclamado em Minas, em descobrindo ser a mesma um dos episódios *apenas* da conspiração mundial contra a Igreja e a felicidade das nações... se bem que não digamos *ex professo* serem necessariamente maçónicas *tôdas* as repúblicas...

Nos conventículos da seita das trevas em que se conluíavam os corifeus da propaganda republicana e os secretamente

republicanos (cripto-republicanos, avós e modelos dos cripto-comunistas de hoje), tais como o mação Floriano Peixoto, abominava-se e justificava-se a Princesa Isabel por católica e ultramontana, inimiga constiente da seita traidora internacional. E nisso era seguida pelo malsinado Príncipe Consorte.

Conspirando, decretou a seita iníqua que ela, Isabel, católica, não haveria de ser Imperatriz, por ser fiel aos seus deveres de brasileira digna do seu sangue, da sua fé e da sua Pátria. Se fora uma idiota, traidora, infiel, submissa aos imperativos tenebrosos da seita, então sim. . .

Nefandos, mentiram, caluniaram-na velhacamente, envolvendo na mesma baba peçonhenta o Conde D'Eu, brioso machal das nossas bravas tropas, nascido embora na Europa como Barroso e outros heróis nacionais.

Tudo fizeram para divorciá-la do povo que a amava. Embalde.

Conferida a *Rosa de Ouro* pelo Sumo Pontífice à Princesa benemérita, mais ainda se agravou e desaçaimou a intriga miserável dos estrangeiros internos. Assoalhavam que o seu reinado seria o clericalismo intolerante e outras babozeiras voltaireanas.

Já se aliciavam para os antros nefários da traidora os próprios militares, em parte predispostos a indignidade pelas subdoutrinações do inefável Benjamim Botelho, corruptor da nossa generosa mocidade militar com um filosofismo reles desmoralizado no país de origem.

Perdida a batalha em campo aberto, somente meios escosos podiam proporcionar triunfo, conquanto inglório.

Não fossem esses cortejos de misérias, cujas reais inspirações vêm de fora do nosso país, de doutrinas e instituições espúrias, alheias à nossa formação e instituições de pelo menos 300 e tantos anos, haveríamos tido a continuação do regímen nacional até a morte da insigne bragantina em 14 de novembro de 1921.

Cabe-nos porventura o direito inútil de sonhar com o possível passado perdido?

Sonhemos:

Teríamos gozado da evolução natural do regímen *nosso* como se deu com a Inglaterra, a Escandinávia toda, a Bélgica,

a Holanda e outras altivas nações que, fiéis à sua própria identidade e originalidade históricas, conservaram, com o seu regime e instituições, a sua honra e dignidade, mantendo-se por isso mesmo na linha de frente da cultura e civilização.

No mínimo, teríamos sido tão grandes, tão nobres, tão ricos, tão honrados, tão dignos, tão poderosos como antes fomos. Haver-nos-íamos poupado aos tantos sangues e lamas das sedições e revoltas, aos enxovalhamentos de tantas indignidades, aos desenganos de tantas demagogias, às desilusões de tantas esperanças, às vergonhas de tantos saques, ao domínio incompetente e impiedoso da burocracia preguiçosa e desalentadora, ao assalto à propriedade, ao pecado clamoroso da falta revoltante de justiça, às garras da venalidade inulta, ao abandono do pobre povo, ao empobrecimento nacional, às baixezas de tantos desfalques e falências fraudulentas impunes, às negociatas despudorosas à sombra do poder público, aos enriquecimentos ilícitos e rápidos, tudo isso de envolta com as falências morais advindas da apostasia oficial, da impiedade legal. Teríamos incontrastavelmente preservado a nossa unidade espiritual, o maior bem que ainda possuíamos em 89 e artificial e luciferinamente posto a perder pela constituinte de 91, precedida pela procacidade dos actos do governiço provisório.

Tantos bens mínimos (se "mínimos" cabe chamar-lhes), já os desfrutávamos.

Talvez, porém (tudo o pressagiava!), nos houvéssimos até melhorado. Prometia-o a própria natureza do regimen nacional, a sabedoria e acção objectivista do gabinete Ouro-Preto, outra vítima das "circunstâncias" creadas pela livre alvenaria e seus comparsas e fantoches mais ou menos imbecis.

Com toda probabilidade, teria sido tratado convenientemente pela Imperatriz libertadora o problema do cativo libertado, quiçá mais grave nacional, racial e socialmente que o do escravo, problema entretanto totalmente negado e desconhecido um ano depois pela república, mais traidora do próprio Brasil que do Império (ela crê que liberdade é tudo!).

Cheia de promessas balofas e estratosféricas, não poderia a deusa do barrete frígido realizar aquele voto da primeira constituinte: "A assembléia geral terá igualmente cuidado de crear

estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, emancipação lenta dos escravos, e sua *educação religiosa e industrial*".

"E foi dessa forma que entrou o Negro, na república dos escravocratas antigos, a fazer parte activa das "legiões eleitorais", das "maltas de capangas", dos "cabos fiéis e de confiança" e outras catervas dos politiquieiros, para destarte resolverem para os outros o "grave" problema da ascensão política.

"Sem dúvida: o problema não podia existir. . .

"A constituinte dos teóricos de 91 igualou românticamente no papel todos os Brasileiros, e viveu-se aqui durante quarenta anos atrás de "verdades eleitorais" impossíveis. . . Não se viu (com a cabeça nos Estados-Unidos e na França) que havia um problema social-nacional antes do problema político creado pelos próprios políticos. Pagava-se o *serviço* do Negro com aguardente e "liberdade". . . " (Manifesto à gente negra brasileira pelo Presidente Geral da FNB, em 2-12-1931).

Ante a serenidade do próprio Império, avessa à demagogia utópica, seguiria igual sorte o problema do brasilíndio e do sertanejo cuja intuição de que a realidade nacional estava sendo ignorada explodiu na tragédia de Canudos.

Provavelmente, alçar-nos-íamos da mesma forma com o Patrianovismo para as reformas profundas que o único movimento imperial tradicionalista e realista, isto é — consciente da realidade, aparecido depois de 1889, hoje propõe à gente nova, na república e contra a república. Mas não defrontaria com ambiente tão plúmbeo, tão sórdido, tão ignorante como o da ocupação internacional e anti-nacional republicana.

Teríamos por sem dúvida permanecido grandes, soberanos, decentes e idênticos a nós mesmos.

Falecida a Imperatriz Isabel I em 1921 (suposto que tivessem decorrido tais quais se processaram no exílio os casos dinásticos), seria menor o novo Imperador, sucessor de Dom Luís falecido no ano anterior, 1920.

Em 1927, após breve regência imperial de seis anos pela menoridade, Sua Majestade Imperial Dom Pedro III seria maior e subiria gloriosamente ao Trono dos seus Antepassados, que haveria ocupado já agora por 19 anos.

Verdade é que não seríamos república... dos Estados-
-Unidos!

Mas seríamos BRASIL, o mesmo BRASIL dos nossos
Majores! Seríamos o imenso, forte, poderoso, rico, respeitado
e feliz IMPÉRIO BRASILEIRO!

O FUNDAMENTO OBJECTIVO DA ORDEM MORAL E JURÍDICA

J. P. GALVÃO DE SOUSA
(São Paulo)

*Jus naturale continetur primo quidem in lege
aeterna, secundario vero in naturali judicatorio
rationis humanae.*

(S. Th. I^o II^o q. 71 a 6 ad 4)

O fundamento próximo da ordem moral e jurídica é a lei natural, ou seja, a própria natureza humana, pois o homem traz em si mesmo a sua lei, e os preceitos da recta razão lhe indicam o modo de agir humanamente.

Por outras palavras, o exacto conhecimento da natureza humana permite conhecer as normas que o homem deve obedecer para viver como homem, isto é, conforme à sua natureza.

Estas normas, constituindo um paradigma da vida humana a que denominamos *lei natural*, normas manifestadas a nós pelo conhecimento da natureza humana, não somente coexistem com a natureza mas lhe preexistem, na mente divina, como exemplares ou arquétipos segundo os quais Deus fez o homem. Pois a natureza humana é creada por Deus segundo um tipo ou exemplar ontológico e para se conformar, nas suas actividades, a um ideal deontológico. Este ideal de conduta é concebido em função daquele exemplar ontológico e constitui, por sua vez, um exemplar de normatividade previamente fixo na mente divina.

Tal pre-ordenação da conduta humana é o fundamento último e a norma suprema da moralidade dos actos humanos

e de toda a ordem moral e jurídica. E' a lei da natureza enquanto na mente do Autor dessa natureza, o qual é também o legislador supremo do universo.

E' a lei eterna, cuja irradiação, no homem, chamamos de natural.

Os animais brutos, em virtude da sua própria essência, operam por uma determinação que os leva aos mesmos actos quando em presença das mesmas circunstâncias. Seguem o instinto, submetidos ao determinismo da natureza e se acham ordenados entre si para um fim comum, que é o bem de todo o universo. Mas o homem, em virtude da sua própria essência, tem um modo de agir que o distingue nitidamente de todos os animais. Marcha em posição erecta, é capaz de falar, de rir, de conhecer as coisas e explicá-las, de fabricar instrumentos, de produzir obras de arte: é o *politicon zoon* de Aristóteles, o *homo faber* de Bergson. Quanto aos animais, dada a essência de sua constituição biológica, procuram instintivamente os alimentos de que precisam e fogem de certos perigos para a própria vida, prevenidos pela estimativa natural; geram os semelhantes e amparam a prole durante o tempo que se faz necessário; nenhum deles é capaz, como o homem, de receber educação, mas alguns podem ser domesticados; vivem alguns isolados e até por vezes em estado de permanente agressividade contra os demais, enquanto outros mantêm uma sorte de vida gregária que lembra pàlidamente as sociedades humanas. O exame objectivo dos factos, o conhecimento do modo de agir dos brutos e do homem, revela a existência de uma lei natural puramente biológica, expressão natural da vida dos animais e a de uma lei natural humana (1).

(1) — O homem está sujeito a uma lei biológica, a lei do seu organismo, e a uma lei moral, a lei de sua vontade livre. Com muita sabedoria, os nossos antigos escritores falavam no "reino humano", distinguindo-o dos outros reinos da natureza. Desfazendo as ilusões do evolucionismo transformista, a biologia moderna volta a empregar a mesma linguagem, tão adequada para realçar o valor supremo e incomparável do homem no universo físico. Este valor está na inteligência, na liberdade, na imortalidade pessoal do homem, de que nem todos os *soi-disants* espiritualistas e defensores da "eminente dignidade da pessoa humana" se

Pelo que diz respeito ao homem, escreve Cathrein: "O que é a natureza humana e o que lhe pertence essencialmente, podemos aprendê-lo na experiência cotidiana. Do mesmo modo por que sabemos experimentalmente o que é um cavalo, uma flor, um cristal, etc., podemos também, ainda em grau mais alto, pois aqui nos ajuda poderosamente a experiência interna, saber o que é o homem. Seguindo este caminho, chegamos ao conhecimento do homem como ser sensível, racional, composto de corpo e alma. Ele é o microcosmo em que se acham reunidos todos os seres da criação. Participa, com os seres anorgânicos, de tudo quanto é peculiar da matéria com suas propriedades físicas, químicas e sua força; com as plantas, tem de comum a vida vegetativa da nutrição e reprodução; com os animais, o conhecimento sensível e os apetites sensitivos. Tudo isto não é, entretanto, mais do que o tecido artístico da joia celestial da alma dotada de razão e de livre vontade, que eleva o homem a senhor da criação visível. A ordem maravilhosa em que estão dispostos os maiores e os menores órgãos do homem, superando totalmente a arte humana, e ainda mais, a harmonia admirável com que todos esses numerosos e artísticos órgãos cooperam para formar, sustentar, aperfeiçoar e reproduzir o homem, demonstram com sobeja evidência que este não é obra de uma casualidade cega, mas a criação de uma inteligência onnipotente e omnisciente. Por sua vez a actividade da razão humana, — capaz de conhecer e alcançar tantas coisas inacessíveis os sentidos corpóreos, como os conceitos superiores do ser, da verdade, e os princípios universais do pensamento que nele se formam; a tendência da vontade para a verdade, a felicidade, a beleza e o bem, e para um domínio cada vez maior na natureza, — essa actividade nos assegura indubitavelmente que o homem não é simplesmente um simples animal aperfeiçoado. Sua razão não deriva

acham devidamente compenetrados. A expressão "reino humano" torna patente a superioridade do homem sobre os animais, superioridade esta que provem de uma diferença de natureza e não apenas de grau. cf. GRASSET, *La biologie humaine* e *Le dogme transformiste*. Entre os juristas, no mesmo sentido, LE FUR, *Les grands problèmes du droit*, R. Sirey, Paris, 1937, p. 13.

da terra, mas do céu, é uma débil centelha da sabedoria, do poder e do bem eternos". (1)

Além disso, é também incontestável que, em todas as suas acções, operam os agentes naturais em vista de um fim ao qual tendem por natureza. Este fim é a conservação e o bem estar do próprio ser, ou o benefício de outros seres e de todo o conjunto das coisas existentes na natureza. Há, em toda a natureza, uma finalidade externa, por força da qual os seres inferiores se ordenam aos superiores e estão sujeitos a uma ordem natural nas suas relações mútuas, ordem que assegura a harmonia do universo. Esta ordem se nos manifesta de diversos modos: na atracção dos corpos graves, na constância e sucessão uniforme do movimento dos astros, na regularidade das marés, etc..

Da mesma forma, e ainda em virtude da sua essência ou natureza racional, o homem deve praticar as acções livres (isto é, aquelas que podem ser feitas de um modo ou de outro, conforme a determinação da vontade) sempre dentro de certos limites que lhe são assinalados pela própria natureza e fora dos quais tais acções se tornarão contrárias à razão. Por isso, quando vemos alguém proceder infantilmente, logo o julgamos fora do que é normal para a natureza humana. Com maioria de razão, julgaríamos que um homem estaria procedendo contra o que convém à sua natureza se ele praticasse actos próprios de animais irracionais. Quando Nabucodonosor se atirava às plantas do seu jardim, debruçado sobre o solo

(1) — V. CATHREIN, *Filosofia del derecho*, trad. de A. Jardon e C. Barja, 4.^a ed., Reus, Madrid, 1941, p. 205-206. Conclui o autor, em seguida à citada passagem: "O Cristianismo derramou abundante luz sobre tais verdades, porém elas já são, por si, acessíveis à razão, como o provam os exemplos dos grandes filósofos da antiguidade, Sócrates, Platão, Aristóteles, Cícero e outros". E' o que nos mostra o seguinte trecho de Confúcio, reproduzido por Santo Agostinho e Santo Tomás, e tantos filósofos, juristas e biólogos de nossos dias: "O homem, dizem os nossos antigos sábios, é um ser à parte, em que se reúnem as qualidades de todos os outros seres. Ele é dotado de inteligência, perfectibilidade, liberdade e socialidade; é capaz de discernir e comparar, de agir, em vista de um fim e escolher os meios necessários para a consecução desse fim. Pode aperfeiçoar-se ou depravar-se, conforme o bom ou mau uso que fizer de sua liberdade; conhece virtudes e vícios e sente que tem deveres a cumprir para com o Céu, para consigo mesmo e para com o próximo..." (apud. T. ROTHE, *L'esprit du droit chez les anciens*, R. Sirey, Paris, 1928, p. 154-155).

como um animal no seu pasto, poderia alguém deixar de considerar a sua acção contrária à razão e ao proceder normal do homem? Deve, pois, o homem viver como homem: eis o sentido de todas as prescrições da lei natural humana. Deve, por exemplo, respeitar a honra do próximo, cumprir a palavra dada, restituir aos outros o que lhes pertence, em resumo fazer sempre o que é bom e evitar o que é mau, entendendo-se por bom o que é conforme ao bem honesto, isto é, o que está de acordo com a razão.

A lei natural, fundamento de toda a ordem moral e jurídica, se nos manifesta por uma dupla fonte de conhecimento: razão e experiência. A razão faz conhecer o primeiro preceito da lei natural, a que se reduzem todos os demais preceitos: deve-se agir racionalmente, de um modo próprio do homem, fazendo o bem e evitando o mal. Na fórmula clássica: *bonum est faciendum et prosequendum, et malum vitandum*. E a experiência mostra, pela observação externa e a introspecção, em que consiste o bem para o homem.

Podemos considerar a lei natural formal ou materialmente. O seu aspecto formal, conhecido pela razão, está na ideia do bem, da obrigação e, pelo que diz respeito à ordem jurídica, na ideia do justo (1). O seu aspecto material, indicado pela experiência, está nas inclinações naturais do ser humano, que manifestam uma lei da natureza. (2)

Razão e experiência colaboram intimamente e não se podem separar uma da outra no conhecimento da lei natural.

Que se deve fazer o bem e evitar o mal, é isto um preceito da razão, mas não é um princípio que a razão conhece por abstrações destituídas de fundamento no real ou por ideias inatas.

(1) — Cf. GENY, *Méthode d'interprétation*, n.º 162: ao direito pertence realizar não todo o bem, mas apenas essa parte do bem que forma propriamente o justo.

(2) — O direito natural é, pois, o que corresponde à natureza do direito (a ideia do justo) e à natureza do homem. É um erro derivá-lo simplesmente do conceito de direito, como faz Kant. Seria considerar apenas o elemento formal. Ora, a forma não existe sem a matéria, que no caso são as inclinações naturais do homem, por exemplo a tendência para a vida social a que Grocio chamava *appetitus societatis*.

O bem é o objecto natural da vontade, assim como o ser é o objecto natural da inteligência. Do conceito de ser, — o mais simples de todos, o que tem maior extensão e menor compreensão, o primeiro objecto alcançado pela inteligência, — decorre imediatamente, sem necessidade de qualquer aprendizagem, o princípio de contradição: um ser não pode, ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto, ser e não ser. Semelhantemente, o primeiro princípio da ordem prática, decorre imediatamente do conceito de bem. Lembremo-nos que o bem é o próprio ser, enquanto apetecível, e que a noção de ser vem do sensível por abstracção, supondo, portanto, a experiência.

Quando a inteligência passa do conhecimento do ser ao princípio da contradição e quando passa do conceito do bem ao primeiro princípio de ordem prática (ou melhor, quando colhe esses princípios nas ideias de ser e de bem que já os contêm), isto se dá em virtude de uma aptidão natural da inteligência para conhecer tais princípios. Os princípios em questão são conaturais à inteligência, porém não são inatos. Para elaborar os seus juízos primeiríssimos, na ordem teórica e na ordem prática, não pode a inteligência prescindir da experiência sensível, que lhes fornece os termos desses mesmos juízos.

Os primeiros princípios são evidentes (*principia per se nota*), sem que por isso sejam inatos. Assim, quando se diz "o todo é maior do que cada uma das partes", formula-se um juízo que por causa de sua evidência não precisa ser demonstrado. Desde que se saiba o que é *todo* e o que é *parte*, imediatamente se é levado a dizer: "o todo é maior do que cada uma das partes". Não se trata de um princípio inato, porque os termos dessa proposição não são ideias inatas mas sim adquiridas pela experiência. Entretanto, desde que já tenhamos estas ideias de *todo* e de *parte*, que nos foram fornecidas pela experiência, não é preciso uma nova experiência para afirmar: "o todo é maior do que cada uma das partes".

O mesmo se dá com o primeiro princípio da lei natural. Desde que se tenha o conceito de bem, imediatamente se é levado a afirmar: o bem deve ser feito.

Todo homem, pelo simples facto de ser homem, isto é, usando da luz natural da razão, sabe que se deve fazer o bem e evitar o mal. Isto equivale a dizer: deve-se viver honestamente, deve-se agir de acordo com a razão. E sabe ainda em que consiste o bem a ser feito e o mal a evitar: sabe que deve conservar a própria vida e respeitar a vida do próximo, dar a cada um o que lhe pertence, restituir o alheio, obedecer à autoridade legítima, observar os contratos, não cometer adultério, não prestar falso testemunho e assim por diante.

Todos esses preceitos estão compendiados no Decálogo, que, como nota Cathrein, é um bem comum de todos os povos e de todos os tempos.

A influência das paixões e os desvios da inteligência podem fazer levar os homens a cometer alguns erros na aplicação daqueles preceitos e mesmo à sua obliteração. Mas o facto é que os primeiros princípios da moralidade e do direito se revestem de um carácter de universalidade e perpetuidade atestados pelos documentos históricos e os escritores de todas as épocas. Só observações apressadas e mal feitas têm induzido alguns a contestarem este valor universal. (1)

Se a razão — essa *naturalis ratio* cujo alcance os juriconsultos romanos tão bem souberam aquilatar — aponta os princípios gerais da acção, especialmente o princípio generalíssimo *bonum est faciendum et malum vitandum*, a experiência dá o conhecimento das inclinações naturais do homem, conhecimento imprescindível para se saber concretamente em que consiste o bem humano, objecto dessas mesmas inclinações.

As inclinações naturais do homem são as que lhe competem como a uma substância viva, sensível e racional. Como toda substância, o homem tende para a própria conservação. Como os animais, tende o homem para a reprodução da espécie. Como ser racional, enfim, tem ele uma série de inclinações que lhe são peculiares, entre as quais a tendência à vida social. (2)

(1) — Sobre as variações da moral e dos primeiros princípios do direito, veja-se SIMON DEPLOIGE, *Le conflit de la morale et de la sociologie*, cap. VII.

(2) — S. Th. I.^a II.^a q. 94, art. 2.

Note-se que em todas essas inclinações, mesmo naquelas que o homem tem de comum com as substâncias inorgânicas e com as plantas e os animais, deve ser impresso o cunho da razão, pela qual o homem é homem e sujeito de direitos.

Assim, a tendência para a reprodução não é no homem um instinto animal. Como observa Martyniak "a união de um macho e de uma fêmea não é idêntica à união de dois seres racionais. Esta última deve ser uma união humana e não uma união animal, pois que a inclinação humana não é e não pode ser, pela natureza das coisas, uma inclinação puramente animal". (1)

Já os romanos haviam percebido que só os seres inteligentes podem ser sujeitos de direito, pois o direito (no sentido de direito subjectivo, em que se toma aqui) é uma faculdade moral, o que supõe seres de natureza intelectual. Por isso, Ulpiano, que definiu o direito natural como aquilo que a natureza ensinou a todos os animais, afirmou por outro lado que os animais não podem ter direito porque carecem de razão. (2)

O que nos animais é um poder físico um simples facto, torna-se no homem um direito. Toda substância tende para a própria conservação, mas só o homem tem direito à vida. Os animais brutos têm o instinto de reprodução, mas jamais constituem a sociedade conjugal com os direitos daí decorrentes, que são próprios do homem. Enfim, as inclinações na-

(1) — C. MARTYNIK, *Le fondement objectif du droit d'après Saint Thomas d'Aquin*, P. Bossuet, Paris, 1931, p. 110.

(2) — D. 1. 1. 1. 3 e D. 9. 1. 3: Neste segundo trecho, diz Ulpiano: *nec enim potest animal injuria fecisse, quod sensu caret*. Quando, pois, o mesmo autor definiu o direito natural como o que a natureza ensina a todos os animais, ele não quis, com isto atribuir direitos aos animais, mas simplesmente dizer que há certas inclinações que se encontram no homem e no animal, inclinações estas que só no caso do homem podem dar origem a direitos. Veja-se a explicação de Savigny e Cathrein, apud A. CORREIA, *O conceito de jus naturale, gentium et civile no direito romano*, nota 10: "Muitas acções, como as que supõem o instinto de conservação e de reprodução, sendo instintivas, são comuns ao homem e ao animal, embora as submetta à razão, e o animal seja levado pelo puro instinto... Donde o poder conceber-se, como faz Ulpiano, um direito natural materialmente comum aos homens e aos animais". Por outras palavras, o que se atribui aos animais é "própriamente a matéria e não a forma do direito".

turais, no animal, são puramente biológicas, enquanto no homem, a essas inclinações correspondem direitos.

Os princípios universais da actividade humana e as inclinações próprias de todo homem atestam, pois, a existência de uma ordem natural. A razão formula tais princípios com base na experiência sensível. E tais inclinações, a experiência dá a conhecer guiada pela razão. Há uma ordem natural no domínio das acções livres do homem, assim como nas relações do homem com o universo e nas relações de todos os agentes naturais entre si.

Ora, esta ordem e a determinação para o agir conforme à própria essência não se podem explicar sem um princípio determinante e ordenador.

Por sua vez, este princípio ordenador deve necessariamente conhecer os fins e a relação dos meios para os fins, pois do contrário não seria capaz de ordenar para um fim e determinar os seres naturais a actuarem conforme a sua essência ou natureza. Logo, deve ser um princípio inteligente.

Não há nenhum antropomorfismo em atribuir inteligência ao princípio ordenador do universo. Pois isto não quer dizer que o princípio supremo ordenador tenha uma inteligência como nós, homens, a temos, ou que use dos processos peculiares ao intelecto humano. A rigor, nem se deve dizer que esse *Princípio* tem inteligência ou é inteligente, mas sim que é a *Inteligência* (na expressão de Aristóteles, o *pensamento é a sua própria essência*). Como é possível ordenar em vista de um fim sem o conhecimento de tal fim e dos meios adequados para o conseguir? O acaso e o instinto não explicam nada, porque a ordem supõe que o meio tem sua razão de ser no fim e é a inteligência que conhece a razão de ser das coisas. Como é possível determinar que um ser tenha este ou aquele modo de agir conforme a sua natureza, sem previamente conhecer esta natureza? O princípio ordenador deve, pois, ter em sua inteligência, além da razão de ser dos fins e dos meios, as razões formais dos seres da natureza: é, pois, a *causa eficiente* e também a *causa formal exemplar* de tudo o que existe.

Tudo isto mostra como a ordem natural, expressa pelo determinismo das leis físicas e pela livre sujeição dos actos

humanos à lei moral, supõe uma Inteligência Ordenadora que não pode ser outra senão a de Deus, Autor da natureza. (1)

A inteligência divina concebe os seres tais como eles são e assim os concebe desde toda a eternidade. Deus nada pode conceber no tempo. Eterna é a concepção de sua mente, concepção que representa o tipo ou exemplar dos seres criados e a norma segundo a qual deverão operar os mesmos seres.

Há, pois, uma lei eterna, que se manifesta no universo pela lei física e pela lei moral. Os diversos seres da natureza se acham submetidos ao domínio dessa lei, cada um conforme a sua própria essência. Os seres corpóreos, nos seus movimentos, se submetem a ela de maneira fisicamente necessária, e os seres espirituais, pela inteligência e a liberdade do seu agir, isto é, com necessidade moral mas não física. Por isso mesmo, o homem — esse admirável "microcosmos", ser composto de alma espiritual e corpo orgânico — está, pelo seu corpo, sujeito à lei física e, pela sua vontade livre, sujeito à lei moral.

Para evitar o absurdo das pseudo-explicações da ordem do universo pelo acaso, ou admitimos a criação do mundo por Deus, a lei eterna e a Providência, ou somos levados ao panteísmo.

Eis porque toda filosofia do direito, desde que não seja uma simples teoria geral do direito recusando a possibilidade de conhecer o fundamento da ordem jurídica, mas sim uma investigação das razões de ser do direito, é necessariamente teológica. A ordem jurídica e a ordem moral não se podem compreender sem a lei eterna, nem mesmo que se negue a existência da obrigação moral (como faz Guyau na sua "moral sem obrigação nem sanção") e que se dêem à obrigação jurídica por único fundamento as sanções do poder público independentes de qualquer submissão do legislador a um critério objectivo e superior de Justiça. Pois neste caso, a autonomia

(1) — A Inteligência Ordenadora deve ser sapientíssima, distinta do mundo e suprema. Cf. GREDT, *Elementa philosophiae aristoteli-co-thomisticae* 790, th. 31, arg. V: *Hic ord'nator est sapientissimus, quia ordinando pulcherrima artefacta produxit et certo est distinctus a mundo rerum cognitione carentium, quae ipsae ad finem se ordinare non possunt. Hic ordinator aut est supremus a nullo dependens aut non est supremus. Cum processus in infinitum repugnet, deveniendum est ad ordinatorem supremum a nullo alio dependentem.*

absoluta da vontade arvorada em única regra de moralidade, e a vontade do legislador como princípio do direito, são expressões da força imanente no universo, que seria o princípio universal da ordem. Tal é, por exemplo, a concepção de Spinoza em sua doutrina de direito natural de fundamento panteísta, certamente muito mais lógica que a dos adeptos do direito natural puramente humano e independente da lei eterna. (1)

De facto, ou há uma justiça natural objectiva ou não. Se há uma justiça natural objectiva que os legisladores devem respeitar, é porque há um direito natural (pois a justiça não existe sem o direito, que é o seu objecto) e, portanto, uma ordem jurídica natural. Ora, a ordem natural, quer se trate de uma ordem física, quer de uma ordem moral ou jurídica, supõe a lei eterna, isto é, uma ordenação divina, pois não pode ser produto do acaso. Se não há uma justiça natural objectiva que se imponha à observância do legislador, então todo o direito se reduz a uma expressão arbitrária da força preponderante na sociedade. Mas neste caso, há uma justiça natural subjectiva (*justum quia jussum est*) e digo natural porque, desde que não haja um critério objectivo do justo, é conforme à ordem natural das coisas que os legisladores façam da sua vontade a fonte única do direito e da justiça. O direito, então, é a força — *Recht ist Macht!* — e a força é sempre a ordem natural. Logo, neste caso, todo direito positivo deverá considerar-se um direito natural, mesmo nas disposições que julgamos tirânicas, porquanto não há nenhum critério superior ao das ordens do detentor da autoridade e ao poder legislativo que permite qualificar os déspotas.

Caímos, assim, numa espécie de direito natural passional, semelhante ao de Hobbes e de Spinoza.

(1) — Cf. R. STAMMLER *Rechts und Staatstheorien der Neuzeit*, 2.^a ed., W. de Gryter Co., Berlin, 1925, p. 22: "Para Spinoza é a substância o fundamento determinante e activo de todas as coisas. Estas derivam necessariamente daquela. Pode-se chamá-la Deus ou natureza... O homem é apenas um *modus* da substância única total... Entretanto, procurou Spinoza fundar um direito natural. Considera-o, porém, de acordo com a sua concepção geral, no sentido de uma lei da natureza. A natureza determina cada individuo a ser e agir de certo modo. Por natureza, tem cada individuo tanto direito quanto força: é o direito natural dos peixes nadarem e dos peixes maiores comerem os menores".

E no fundo desta concepção de direito natural passional e "arbitrário", há a ideia de uma lei eterna, o princípio imane do universo que tudo ordena pela força.

Os positivistas negam o direito natural, mas geralmente procuram apresentar um substitutivo desta ideia para servir de fundamento da ordem jurídica positiva, isto é, um critério superior e objectivo de justiça que faça com que o direito não seja uma expressão arbitrária da força. E' o que se dá com o *droit objectif* de Léon Duguit, o qual não é outra coisa senão um direito natural disfarçado. Esse critério (por exemplo, a "solidariedade", de Duguit) tem um valor universal e permanente e se baseia na própria natureza (a natureza social do homem, no caso de Duguit). Ora, não é isto reconhecer claramente a existência de uma lei natural? E reconhecida a lei natural importa reconhecer uma lei eterna.

Em uma publicação da *Aristotelian Society of Marquette University*, Yves Simon dá-nos a seguinte nota, de uma grande penetração metafísica, sobre a lei natural e a lei eterna: "A lei civil não é uma regra suficiente por si mesma e independente: o verdadeiro sentido em que todos (inclusive os adeptos do positivismo jurídico) falam e pensam na lei positiva prova que a lei positiva participa de uma lei superior (*higher law*), isto é, de um corpo de princípios em si mesmos evidentes e que nós chamamos lei natural. Assim, a primeira concepção da lei natural é a de um corpo de preceitos emitidos pela razão. Por outro lado, esses preceitos se referem à natureza das coisas que é anterior à razão. Como o princípio de identidade regulamenta o real antes de ser reconhecido e formulado pela razão, assim também os princípios de moralidade são imanentes em a natureza humana antes de serem reconhecidos e promulgados pela razão humana. Ainda mais: como a razão teórica, ao formular o princípio de identidade, nele reconhece a lei suprema do ser, assim também a razão prática, ao formular seus princípios em si mesmos evidentes, tem por fim somente reconhecer e exprimir, na forma de preceitos obrigatórios, as tendências fundamentais da natureza humana (S. Th. I^o II^o, 94, 2). Assim, a lei natural existe na natureza humana antes de existir na razão humana. Aí está por que

é preciso dar um passo adiante e reconhecer que a lei natural participa da lei eterna, é idêntica à razão de Deus". (1)

Certas doutrinas de direito natural prescindem da lei eterna. A posição dos adeptos de tais doutrinas não é, seguramente, das mais lógicas. Reconhecem eles a existência de uma ordem jurídica natural. Ora, toda ordem supõe uma energia ordenadora e, tratando-se de uma ordem natural, esta energia não pode ser senão a do princípio causal da natureza. Se este princípio não for Deus Creador, transcendente ao mundo e pessoal, será — como ensinava, na antiguidade, o estoicismo — um princípio divino imanente na natureza (panteísmo). E é esta a ideia que realmente se encontra implícita nas doutrinas de direito natural que pretendem prescindir da lei eterna, mas a admitem por um panteísmo mais ou menos inconsciente.

Importa, pois, reconhecer na lei eterna o fundamento do direito natural.

Que é a lei eterna? É a própria lei natural enquanto considerada na razão divina. Como diz Vareilles-Sommières, "a lei natural bem merece este nome porque decorre forçosamente da natureza. Chama-se ainda lei eterna porque ela foi concebida e querida desde toda a eternidade e para toda a eternidade por Deus eterno. A lei eterna e a lei natural não são duas coisas diferentes como a leitura superficial dos teólogos poderia fazer crer. São uma só e a mesma lei; que se chama lei eterna quando se considera como decretada no espírito do supremo Legislador, lei natural quando se considera como promulgada no espírito do homem". (2)

(1) — YVES SIMON — *Nature and functions of authority*, The Aquinas Lecture, Marquette University, 1940, págs. 50.51. Diz o autor que os próprios positivistas dão a entender que a lei positiva participa de uma lei superior. É o que se dá com Leon Duguit: o direito positivo participa da regra de direito objectivo — *a higher law!* — que resulta da solidariedade humana.

(2) — VAREILLES SOMMIÈRES. *Les principes fondamentaux du droit*, Cotillon Guillaumin, Paris, 1889, p. 29. Cf. YVES SIMON, loc. cit.: "Observando o comportamento de um condutor de veículos numa cidade populosa, vejo que ele encarna uma certa regra; esta regra foi emitida por uma razão governadora, existiu numa razão governadora antes de existir no comportamento efectivo desses condutores de veículos. Podemos dizer que a regra, enquanto existe nesse comportamento de facto, é subor-

A lei natural tem, pois, o seu fundamento último na razão divina, que a concebe desde toda a eternidade e da qual participa a razão humana ao conhecer os preceitos do direito natural.

Tal concepção da lei natural, participação da lei eterna, e a identificação da lei eterna com a razão divina, isto é, com a própria essência divina — pois que em Deus a razão não é uma faculdade distinta, como no homem — é uma verdade enunciada nas Escrituras desde o Antigo Testamento. O Cristianismo veio torná-la inequivocamente conhecida, e já a filosofia antiga chegara a alcançá-la, embora no meio das vacilações próprias do pensamento humano sempre que não esclarecido pelas luzes da Revelação. Noções da Revelação primitiva foram guardadas por todos os povos, mas aos poucos se deturparam envolvendo-se nas lendas e fantasias mitológicas.

O direito natural é redutível a um conjunto de princípios evidentes em si mesmos, tais como os *principia per se nota* da ordem especulativa. Seu conhecimento completo nos vem da experiência interpretada à luz dos primeiros princípios da ordem prática, princípios que, por serem conaturais à razão humana, se dizem de senso comum. Por isso, a própria razão nos leva ao conceito de direito natural. Donde o dizer S. Paulo que mesmo os que não receberam a Revelação e não foram instruídos nos preceitos do Decálogo conhecem a lei de Deus, porque a trazem em si mesmo, isto é, imanente em sua natureza e cognoscível à luz da razão. E o Psalmista: *Signatum est super nos lumen vultus tui, Domine!* (1)

Portanto, a concepção do direito natural, se não supõe necessariamente a Revelação, entretanto supõe a lei eterna e,

dinada ou participa da regra que existe na razão governadora. Ora, a regra é uma e a mesma; se justamente executada, ela tem o mesmo conteúdo, quer no comportamento efectivo que a encarna, quer na razão governadora que a emite, *in mensura et in mensurato*. Este é o modo pelo qual a lei natural, como um preceito da razão humana, é subordinada à lei natural imanente na natureza humana à lei eterna, que é a razão divina. O conteúdo da lei permanece o mesmo, sua condição existencial, ou seu estado, é diverso. Na razão divina a lei natural, como um aspecto da lei eterna, existe em estado de personalidade; na natureza, em estado de impersonalidade; finalmente, na razão humana, existe novamente em estado de personalidade."

(1) — Rcm. II, 14 e Ps. IV, 7.

neste sentido, é uma concepção teológica. Tal como a metafísica de Aristóteles, chamada pelo autor, que não conheceu a Revelação, filosofia teológica.

Eis porque, embora sem medir todo o alcance de suas palavras, Ledru-Rollin escreveu: "O direito desperta o homem para a consciência de sua dignidade, fazendo-o participar da obra divina". (2)

A lei, por excelência, é a lei eterna. Todas as outras leis são leis por participação.

E a lei positiva só é verdadeira lei na medida em que participa da lei natural, a qual, por sua vez, é uma participação da lei eterna no homem.

(2) — LEDRU ROLLIN, *De l'influence de l'école française sur le droit au XIX^{ème} siècle*, introdução ao Repertório Geral do *Journal du Palais*. De facto, o direito faz o homem participar da obra divina. A lei natural, fundamento de toda a ordem jurídica, é, como a definiu Santo Tomás, uma *participatio legis aeternae in rationali creatura*.

Discursos e Conferências

ESTRELAS PARA UM NOVO CÉU

Conferência pronunciada pelo poeta português Miguel Trigueiros, em S. Paulo, pelo Natal de 1951.

Já repararam em que estão a apagar-se cada vez mais, a fugir cada vez mais dos nossos olhos e da nossa alma, as estrelas do céu antigo? Quem, de entre nós, ainda levanta o olhar para as velhas estrelas? Quem, entre nós, ainda repara na luz suave que elas nos enviam da Altura? Ao subirmos, de assombro em assombro, até junto dessa alucinação maravilhosa que é a paisagem do Corcovado, todos aguardamos, com ansiosa expectativa, que a noite desça mansamente, não para contemplarmos lá de cima a envelhecida mensagem das estrelas verdadeiras, mas para procurarmos, em baixo, no cenário impressionante das luzes da cidade, a fulguração artificial da beleza... a beleza eléctrica. Dir-se-ia que o próprio céu mudou de posição e está hoje, modestamente, ao nível dos anúncios luminosos. Dir-se-ia, senhores e senhoras, que não há mais lugar no coração humano para o imenso céu azul, nem para as estrelas da nossa infância. Uma após uma se vão apagando essas estrelas desiludidas, abandonadas pelo nosso olhar! E, como poderia ter dito o grande Bilac, de cada vez que se apaga uma estrela, um sonho morre, dentro do nosso peito...

Esta noite, porém, nós vamos seguir o caminho inverso. Vamos acender sonhos, para criar com eles novas estrelas, novas estrelas para um novo céu! Vamos falar-vos dos grandes sonhos que redimem a vida: o amor, a amizade, a gratidão, a ternura, a saudade, a poesia, a verdade, a pureza, o cavalheirismo, a alergia, a caridade, a fé! Palavras, ideias, sentimentos que estão rapidamente a envelhecer no céu da nossa consciência, como estrelas sem fogo. Em nossos dias, a ambição corre depressa demais. Bate em nossos pulsos o tumultuar da vida — depressa demais. Tudo tão incompleto, tudo tão falso — tão vertiginoso tudo! Para melhor viver, esqueçemo-nos de sonhar... Como se fosse possível, sem sonhar, viver! Hoje, dentro desta sala, ergue-se uma bandeira, senhoras e senhores! Uma bandeira de palavras! Uma bandeira feita de som e

alma, grito de guerra levantado por um novo contra a frieza dos outros novos, contra a sua gelada indiferença perante aquilo que, na vida humana, é ainda testemunho de beleza e arte, de nobreza de coração e de amor! E faremos desta noite um pretexto de evasão, semearmos novas estrelas no espaço sem fim, como pássaros soltos bateremos asas para mais alto, para mais longe, para mais além! Para mais longe do egoísmo em que é infelizmente amassado o nosso pão duro de cada dia. Para mais além, junto da linha do horizonte onde se dilui o nosso cordão de ultrapassar as realidades mesquinhas. Para mais alto, ao lado das estrelas, que são os próprios luzeiros de Deus. Com as asas da alma. Com as asas da poesia!

Amigos: é preciso regressar quanto antes à delicadeza da ternura, equilibrando a violência das paixões. E' preciso reaprender a segredar poéticamente o amor, em vez de amar... em prosa. Sentimentalmente falando, estamos a sofrer as consequências de uma super-abundância de certezas. Tudo tècnicamente perfeito. Tudo muito barulhento. Tudo muito acabadinho. Mas a linguagem da alma que é a autêntica linguagem do coração, não consegue exprimir-se através de paredes de cimento. Sabeis, acaso, como se amava em outras épocas? Ah, eu adivinho a vossa resposta:

Romeu e Julieta não cabem na nossa época. Pode ainda excepcionalmente, haver amor como o deles. Pode ainda haver românticos balcões. Pode ainda haver folhas de hera. Pode ainda haver escadas de corda. Pode ainda haver luar. Mas, vistos ao longe, o Romeu e a Julieta modernos, o que não podem é ser tomados a sério, pela simples razão de se tornar difícil perceber qual deles é o Romeu e qual delas é a Julieta...

Ao debruçarmo-nos, porém, sobre as histórias verdadeiras dos tempos idos, das castelãs prisioneiras e dos cavaleiros medievais, das princesas encantadas e dos espadachins salvadores, enfim, dos romances escritos com a tinta do sonho — e ao compararmos essa procura ansiosa de beleza no amor, com os mornos processos sentimentais do nosso tempo, fica-nos a triste e amarga impressão de que os homens desta época transformaram o amor numa sensaboria. Antigamente, viviam-se os romances e liam-se outras coisas. Hoje, vivem-se outras coisas e lêem-se os romances. Falta de imaginação e excesso de comodismo... A paralisia do sentimento está na razão directa da euforia das máquinas. Assim como há máquina de somar, máquinas de calcular, máquinas de escrever e máquinas de imprimir, não nos admiraremos nada se um dia destes aparecerem, por aí, máquinas de sonhar e máquinas de ter saudades!

Sim a própria saudade está ameaçada de morte! E como é bom ter saudades, até, daquilo que não chegamos a viver...

As mais belas saudades são as que nascem da vida que não se viveu, do sentimento que não se realizou, do destino que não se

cumpriu, dos caminhos que não se trilharam, dos lábios que não chegaram a unir-se, dos segredos que não puderam dizer-se, das lágrimas que não foram choradas — e, que em vez de nos deslizarem pelo rosto, nos escorrem, mansamente, pela face da alma! Como é bom ter saudades! E como a saudade e o amor andam unidos! Se nós conseguíssemos regressar ao convívio de ambos! Se fôssemos capazes de dar nova poesia ao amor — e novo amor à poesia! Amor quer dizer o coração do homem dentro do universo; e poesia quer dizer o universo dentro do coração do homem. Acreditaí: o nosso tempo deixou de ler poesia, na medida em que deixou de saber amar. A poesia do amor inquieto, prefere-se hoje a prosa da vida fácil. O sentimento perdeu o ritmo da poesia — e a poesia não soube mais rescoibir o ritmo do sentimento... Andam os poetas desesperadamente à procura da verdadeira poesia, sem compreenderem que precisam primeiro de reencontrar o amor. Andam os homens desesperadamente à procura do verdadeiro amor, sem compreenderem que precisam primeiro reencontrar a poesia... O nosso tempo fez um pacto sinistro com a incoerência. E por isso o mundo vendeu o próprio espírito. E com ele a poesia do amor — e com ele o amor da poesia...

Como andamos depressa, excessivamente depressa, até no amor! E' preciso mudar de ritmo, para melhor saborearmos a felicidade. E' preciso reconquistar a delicadeza de outros tempos. E' preciso reencontrar o sentido do cavalheirismo antigo.

O que mais impressiona nesse cavalheirismo é a extraordinária agudeza da sensibilidade masculina dessas épocas. Um pequeno gesto, um simples e fortuito olhar, bastavam para que o homem dos "Bons Tempos" atravessasse vertiginosamente montes e vales, vencesse desfiladeiros e precipícios e lutasse braço a braço com o inimigo do seu amor ou da sua honra. Hoje, esta forma de cavalheirismo total perdoem-me os que porventura se sentirem chocados com a frase) já não se encontra em quase homem algum — mas encontra-se em alguns animais irracionais... O instinto — que é força maravilhosa da natureza em movimento — leva com frequência os bichos da selva a protegerem as fêmeas e as crias contra os ataques dos homens. A inteligência moderna — que pretende interpretar o instinto e quase sempre o nega — não leva infelizmente, porém, os verdadeiros Homens a defenderem as Mulheres... dos animais selvagens. O homem de hoje simplificou por completo a existência. Com o auxílio da ciência e da técnica, transformou o mundo numa vasta planície. O avião, por exemplo, à força de subir tão alto, destruir inteiramente a noção de altura; de tanto devassar o espaço, fez do próprio abismo uma inofensiva imagem literária — e nada mais. No nosso tempo, tudo foi planificado, simplificado, esborrachado. Tudo — até os sentimentos.

Falei-vos em delicadezas e ternura no amor. A delicadeza e a ternura são porém necessárias para a vida inteira. Atendei... Vou contar-vos uma pequena história:

O homem apressado virou a esquina da rua e foi esbarrar com o menino pobre, que traçava uns riscos no chão. O menino caiu sobre as pedras, mas logo se levantou, sem olhar sequer para o homem apressado. O homem porém voltou atrás, sorriu carinhosamente para ele, pôs-lhe as mãos em cima dos ombros e disse com simplicidade: — "Desculpa. Foi sem querer." Depois, continuou o seu caminho... E o menino desta vez ficou parado na rua, parado de olhos muito abertos, abertos e húmidos de espanto, sem compreender bem aquele milagre, sem compreender mas a sentir, que nesse instante se passara alguma coisa muito simples e muito complicada, alguma coisa que o fazia feliz, alguma coisa a que ele não estava habituado.

Ora, a esta cena, que parece excessivamente vulgar, assisti eu ontem à tarde, aqui em S. Paulo. E causou-me tanta impressão, tanta, que tem andado comigo horas a fio — e não resisto ao desejo de conversar convosco acerca da lição que ela contém. Nós passamos a correr pela vida, como o homem apressado. Tal e qual como ele, em cada esquina damos um encontrão a um menino qualquer — a alguém que, mais ingénuo ou mais inocente, apenas pede o direito de respirar um pouco de ar livre, e não se atravessa de propósito no nosso caminho. E brutalmente vamos assim atirando para o chão os que são mais fracos do que nós. E levianamente prosseguimos a marcha, sem olhar sequer para trás, como se tivéssemos tropeçado numa pedra — esquecidos de que muitas vezes, além de magoarmos um corpo, ferimos para sempre uma alma. Isto acontece às pessoas crescidas, no curso da vida, como acontece aos garotos da rua que traçam riscos no chão. Quem se lembra, do alto da sua importância, de pedir desculpa a um menino pobre e esfarrapado, com quem se choca numa esquina? E, por isso, o rapazito que eu ontem estive a observar com os olhos diferentes, tinha também ele próprio outros olhos, mais humanos e mais comovidos, ao ver o homem que o empurrara praticar um acto tão natural e tão fácil e tão digno como é este de respeitar a sensibilidade alheia, pedindo-lhe desculpa quando a afrontamos — tentando compreendê-la, quando involuntariamente nos chocamos com ela. Para que o menino ficasse feliz nessa tarde, bastou que um homem apressado lhe desse, rapidamente, um pouco de consideração e de estima, uns breves segundos de calor humano. Já pensaram, amigos, em que podíamos da mesma maneira, dia a dia, hora a hora, fazer felizes tantas pessoas?

E, agora, que fiz referência a uma criança, que tirei uma lição do espanto de um menino, vem a propósito dizer algo acerca de outra estrela que marca outro regresso, e talvez contenha remédio para os males que nos afligem.

O regresso espiritual à infância...

São Paulo, o Apóstolo, aconselhou que deixássemos a carcassa do homem velho e vestíssemos o espírito do homem novo. E, se ainda mais do que isso, abandonássemos de todo a ilusão de que já somos crescidinhos, desenrugássemos a testa e os pensamentos, rasgássemos as máscaras que nos sugestionam — e voltássemos a sentar-nos nos bancos da escola de Deus, para aprendermos o *abc* da vida? Que lhes parece?

Disse Jesus (muito antes do vosso Érico Veríssimo): “olhai os lírios do campo.” Agora, com verdade eu digo a todos nós, meninos da instrução primária do espírito: olhemos, também, as verdadeiras estrelas. E no quadro negro da noite, escrevamos com elas a primeira palavra da alma — o amor!

Mas o amor que se escreve com as estrelas anda muito perto do céu, é todo suavidade, todo renúncia, todo sacrifício. E esta se nos apresenta como a primeira lição da nova escola dos homens-crianças: escrever o amor para além das palavras vulgares; sentir o amor para além dos sentidos comuns. Quando passarmos de classe e entrarmos nos domínios da matemática da alma, compreenderemos que a verdadeira equação do amor tem uma incógnita a resolver: nós próprios. E' de nós — e só que depende a resolução do problema da felicidade pelo amor. Recusamo-nos quase sempre a escrever o amor com as autênticas estrelas do céu, e procuramos o seu brilho nos charcos mais imundos. Por isso jamais encontramos a verdadeira luz, mas apenas a sua miragem, a sua imagem virtual, a sua ilusão física. E também por isso a harpa dos nossos nervos vibra em dramáticas dissonâncias humanas.

Outra lição a aprender, se quisermos ser bonitos meninos, é a lição da simplicidade, a que anda intimamente ligado o culto da verdade. Os homens só mentem quando se complicam. A mentira é um labirinto em que a vida se perde. Quanto mais simples, mais natural, for a palavra, ou o gesto, ou a acção, mais se aproxima da verdade — e menos precisa da mentira. As crianças só mentem por culpa da estupidez das pessoas crescidas. Regra geral, as crianças não mentem, porque sabem dar-se. A verdade é uma dádiva — a mentira é um roubo. Se queremos igualar-nos aos meninos, nesta nova aprendizagem da existência, sejamos simples, que seremos verdadeiros. A simplicidade é a própria harmonia da alma! O amor feito de pureza e ternura, a simplicidade feita de verdade — são as duas principais características das crianças e as primeiras lições a aprender, se pretendermos, de facto, imitá-las, engatinhar nos novos caminhos de beleza! Mas há ainda algumas outras lições importantes. Por exemplo: a alegria infantil. Não essa alegria postiça, que se pinta no rosto com o baton ou o rouge, a alegria que se exterioriza ruidosamente nos *cabarets*, nas “boites” ou em certas fes-

tas mundanas. Não. Isso é o contrário da alegria: é o disfarce da tristeza. Falo-vos daquela alegria que resulta da paz de consciência, da íntima certeza de possuir a vida, do prazer de respirar sem pensar imediatamente que o ar tem micróbios, do gosto de correr pelo jardim com os braços abertos e com o sol a meter-se pelos nossos cabelos e pelos nossos olhos dentro! Com essa alegria que é infinita ingenuidade. Com essa alegria que flui do coração em lípidos sorrisos como a fonte de água puríssima jorra do próprio seio da terra, o mundo giraria mais feliz no jardim do universo, a dar ponta-pés na lua, que é uma bola redonda, como outra qualquer!

Conversaremos agora, acerca de dois sentimentos, dos mais nobres, dos mais sublimes e dos mais belos que num coração humano podem fazer ninho. O sentimento da admiração e o sentimento da gratidão. Duas formas de amor, no sentido dignificante da palavra. Duas formas de redenção moral. Duas formas de autêntica felicidade. A felicidade intensa e excepcional que representa, nesta época e neste mundo, podermos *admirar* e *agradecer*! Passamos a maior parte da nossa vida, quase sem darmos por isso (tal a nossa inconsciência) a demolir e a criticar. Demolimos e criticamos reputações, com uma sem-cerimônia, uma leviandade, uma frieza (e, às vezes, uma crueldade) que nada tem de cristãs nem de civilizadas — e mais parecem atitudes de pagãos, às voltas com as intrigas dos seus deuses. Por outro lado, a nossa memória funciona com frequência ao invés de toda a lógica moral, pois não esquecemos jamais o mal que os outros nos fazem — por vezes até aquele mal que surge por bem e na escrita direita de Deus nos aparece em linhas tortas — não o esquecemos, guardamo-lo rancorosamente cá dentro, como se a alma fosse um cofre de venenos; mas custa-nos muito, custa muito a nosso egoísmo lembrarmos o bem que nos fazem, aquele bem que a todo momento jorra em torrentes caudalosas das mais diversas fontes da graça de Deus! Afinal, há sempre tanto para admirar, em tantas circunstâncias e em tantos lugares! E há sempre tanto para agradecer — tanto que a vida humana é bem pequena para caber nela toda a gratidão. E, apesar disso, que fazemos na maior parte dos casos? Não temos lábios para beijar as mãos que nos ajudam a erguer do pó em que caímos, as mãos que nos apontam o caminho, as mãos que nos guiam pelas veredas do mundo — não temos lábios para as beijar, mas temos dentes para as morder! Triste coisa é a vaidade e triste coisa é a inveja, que nos cegam irremediavelmente e irremediavelmente nos roubam a luz transfiguradora da admiração. Ah, mas quem não admira não ama! E quem não ama, no vive! Andamos nós, por isso, a prestar culto à morte, que nos aparece ridiculamente mascarada de vida.

E se aproveitássemos este dia para nossa reconciliação com a verdade? Se quiséssemos continuar a dar asas a esta hora, lutando para ganhar o direito às novas estrelas, para subir a outros planos

morais, para vencer a atração das nossas fraquezas, para transpor os abismos da nossa tragédia, para pairar um pouco mais perto do céu! — Sim respiremos estes instantes, como balões de oxigênio moral, como lufadas de ar puro que nos entrassem pela alma dentro. Saibamos admirar. Saibamos agradecer; e vivamos, portanto, em felicidade — a felicidade que a todo o momento pode florir no silêncio...

Disse-vos que a felicidade podia florir no silêncio. E a frase recordou-me que o silêncio não sendo um sentimento nem uma ideia, é afinal também um fantasma dos tempos idos, que só aparece na nossa época para nos acusar de o termos assassinado. Entretanto, meus amigos, quem pudesse aspirar outra vez o perfume do silêncio...

Pois o silêncio é a alma da palavra. Quem não sabe ouvir o silêncio, tem a surdez do espírito. O Universo não cabe em todas as palavras do vocabulário humano, mas cabe num pequeno e humilde silêncio carregado de sonho!

Hoje, desconhecemos a arte delicada de ajardinar o silêncio. E ao perdermos a consciência da mensagem que voa nas asas finas de todos os silêncios do mundo, perdemos também o melhor alimento da nossa inteligência, dos nossos nervos, do nosso sonho e até da nossa eloquência.

O silêncio... Há, por acaso, voz que fale melhor? Pensai uns momentos nisto... E de mansinho... ..devagar, quebrando o ritmo do nosso tempo... como se fosse... apenas o leve sopro da brisa na face quieta dum lago... ao de leve... ao de leve... tentai escutar o silêncio. O silêncio que vai dum beijo a outro beijo... O silêncio que há entre o relâmpago e um olhar que se oferece e a noite da distância que não se pode transpor... O silêncio duma saudade branca a acenar na curva duma estrada... O silêncio ritual duma bênção na Igreja, em que o gesto do sacerdote chega a desenhar-se dentro de nós, mesmo sem o vermos com os olhos do corpo... O silêncio de certos voos de gaivotas, traçando no espaço a imagem geométrica da pausa... O silêncio de tudo aquilo que se teme e apenas se adivinha... O silêncio que se desprende da luz suave do entardecer... O silêncio das mãos que se procuram sem que os rostos se atraíam... O silêncio que vai dum grito a um eco... O silêncio de uma oração que os lábios não pronunciam mas flui espontaneamente da alma... E por último, o silêncio de uma criança que dorme no seu berço de recém-nascido, embalada pelas mãos translúcidas dos anjos!

Coloquemos, em seguida, neste novo céu que estamos a construir para o mundo, a estrela de uma caridade nova! Sim, nós temos que vestir a caridade de novo...

Há tanto frio, em tantos países e em tantos lares! Frio nas consciências, frio nas atitudes, frio nos sentimentos, frio nas chan-

celarias. Frio. Frio... Lembra-se daquele entretém do "frio e quente", que todos jogamos na nossa meninice? Pois a modos que o demo também aprendeu a jogá-lo agora, e esconde o verdadeiro amor nas dobras do tempo, e se diverte muito, "endiabradamente", se nós tentamos encontrar a nova caridade, a soprar-nos em ar trocista: Frio, frio, frio, ... Depois, quando a humanidade regelada e aflita, se desnorteia pelos caminhos do globo, ele tem artes de envolver as labaredas do mal em capas que sempre escapam — e põe aos ombros de cada homem o aquecimento central do Inferno... Este fogo, porém, queima sem aquecer, cobre-nos sem nos agasalhar... À nossa volta, em todos os países e em todos os sectores sociais, continuam a erguer-se, para nós, torturadas e trágicas, as mãos súplicas, ansiosas, dos que sofrem à mingua de amor. Então, muito convencidos do nosso papel de instalados na vida, atiramos-lhes com palavras, com intenções, com as cascas do nosso próprio egoísmo... E julgamos, assim, *ter feito caridade*. Cá dentro porém, naquele ponto em que a alma parece despegar-se do corpo, há uma outra voz, implacável, que nos persegue e repete, duramente, sistematicamente, constantemente, as mesmas palavras do jogo que jogámos em meninos: frio, frio, frio...

Acaso reparámos bem no desastre que constitui, vulgarmente, a nossa passagem por este vale de lágrimas de crocodilo? Nasce-mos, crescemos, mastigamos, reproduzimo-nos, matamo-nos uns aos outros para equilibrar o prato da balança, e o resto do tempo passamo-lo a inventar toda a sorte de manhas para ludibriar o sujeito mais próximo ou evitarmos que êle nos ludibrie a nós. Às vezes (raras vezes!) também pensamos. E nesses momentos acontecem-nos coisas extraordinariamente honrosas para o pensamento humano, como por exemplo, descobrirmos que somos descendentes do macaco. Aqueles que chegam a estes cimos, a estes píncaros do conhecimento e do estudo, chamam-se sábios. Aos que, por acaso, querem voar mais longe neste ou noutros espaços, chamam-se doidos e, em certas ocasiões, poetas. E a pouco mais do que isto, na sua triste arquitetura de banalidades, se resume a existência dos seres classificados zoológicamente como *racionais*.

Ah, mas se nós quiséssemos tomar a sério a mensagem do Natal! Se, ao mesmo tempo que batéssemos com a mão no peito aproveitássemos a oportunidade para meter também a mão na consciência! Se deixássemos, definitivamente, de ser estes espantalhos de pardais colocados entre as espigas da vida, para sermos homens, ouviram? homens com nervos aguçados, vibrando de emoção junto às misérias alheias, homens com raciocínio suficiente para ajulzarmos da nossa pequenez frente a inteligência divina, homens com o coração diferente daqueles relógios que nunca se adiantam nem atrasam, mas antes prontos a andar mais devagar quando sentirem a presença da mentira e do artifício, e a andarem mais depressa, muito

mais depressa, ao contacto da bondade, da justiça, ou sempre ue for preciso darem-se em pão, ou flores, ou risos, ou lágrimas, ou beijos!

E, agora, um sonho heróico. Uma estrela que brilha mais do que outra qualquer. A estrêla da Santidade. O Sonho heróico de todas as virtudes, que o agiológio cristão guarda, como sacrário maravilhoso, ou fonte de água puríssima, onde os nossos olhos podem ir beber a vida do exemplo! Boíamos por aqui, como rolhas de cortiça, atirados de encontro à maré do erro, sem remos, nem velas, nem astros que nos guiem, pobres náufragos à deriva, em plena tempestade das mais repugnantes paixões humanas, e apesar disso, ainda nos damos ao luxo de bater o pé diante do Mistério, de fazer beicinho quando o destino não nos pega ao colo, de ter birras e perlices quando as nuvens tapam o sol! Entretanto, os remos, as velas, os astros, estão bem ao alcance dos nossos braços hirtos! Mas não temos sempre vista que os abranja, porque as almas andam cegui-nhas de orgulho, com a morte às costas, como na fábula, muito convencidas de que jogam o jogo da vida... Os homens para justificarem as suas fraquezas, chamam *humano* àquilo em que mais se parecem com os bichos... Quando afinal a humanidade é justamente (ou devia ser justamente...) a transição da animalidade para a santidade... Das duas, uma: ou as palavras estão todas trocadas, ou o pensamento moderno tem estrabismo crónico.

Um sonho heróico, o sonho da virtude. Mas um sonho que não basta ser sonhado. Quando pensamos em dar esmola a um pobre, acenamos-lhe acaso de longe com o naco de pão ou a moeda de cobre, e passamos depois de largo deixando-o a fazer cruces na boca? Certamente que não... Pois assim procedemos para com Deus, ao sonharmos a virtude e ao recusarmo-nos a vivê-la. Deus é hoje um pobrezinho como outro qualquer. Anda a tremer de frio, porque já não O aquece o nosso amor. Tem fome das nossas boas acções, tem sede das nossas lágrimas de arrependimento, precisa da luz e do fogo de nossa fé, Ele que dá a luz e o fogo aos astros! Quando sonhamos com a santidade, acenamos a Deus com a nossa esmola de amor. Mas depois, passamos de largo, renegando o sonho, e deixando sem nada Lhe darmos? Aquele que nos deu tudo!

Há pouco, falei-vos das forças demoníacas, e não o fiz por acaso. O Evangelho refere-se à presença constante dessas forças junto aos nossos próprios corpos, soprando-nos más inspirações, e fazendo-nos oscilar, como pêndulos doidos entre o pecado e o arrependimento, a verdade e o erro, a esperança e o desespero! Duvidais? Um dia sabereis que isso é verdade. Entretanto, também sabereis que não estamos a sós com o demônio. Serenamente, o Anjo ergue-se à nossa direita. A sua voz traz-nos o fundo éco do mistério revelado. A sua mão, toda em anéis de estrelas, pega devagar nos nossos dedos trémulos, e guia-nos pelo caminho do bem, ao encontro da verdadeira

vida! Então os demônios correm de novo ao assalto. Servem-lhes todas as armas, fabricam-nas de todas as formas, desde que o barro seja a lama... coincidência curiosa: já repararam em que *lama*... se escreve com as mesmas letras de *alma*? Os demônios conhecem o alfabeto todo... Eles sabem que, para comprar uma alma, basta às vezes vender um corpo... Ou vice-versa: é muito fácil encontrar uma alma que se venda, em troca de um corpo que se compra... E, confirmando as palavras do Evangelho, nesse momento, os lobos vestem-se de cordeiros, os demônios disfarçam-se com a luz dos anjos, e tecem, habilidosamente, à nossa volta, a espessa teia da confusão, segredando-nos a mentira com a doçura da verdade, crivando-nos a carne de inquietações e dúvidas, erguendo o nosso orgulho contra o nosso próprio destino! Mas o Anjo é forte e poderoso e amigo. Levanta bem alto a sua espada de fogo — e os demônios estremezem agora, cegos de pavor e espanto. Por um instante apenas hesitam e acovardam-se. Depois, arremetem de novo ao assalto, desmascarados já, mas atrevidos sempre, tentando separar as almas dos seus Anjos, atraindo o espírito aos labirintos da carne, opondo contra a espada de fogo do céu as lâminas rubras das labaredas do Inferno.

Quando luta, porém, o Anjo acaba sempre por vencer. E, por isso, as almas, jamais se perderiam se não fosse a ausência de protecção espiritual, que para a sua infelicidade provocam. Tantas são as nossas vilanias e as nossas baixezas, tantos os nossos actos de solidariedade com as forças diabólicas que, muitas vezes, o Anjo nos abandona por não poder suportar a proximidade repugnante dessa estátua de lodo, que é a nossa presença física. A pureza atrai a pureza. O mal atrai o mal. A vida repele a morte. Só no regresso à completa pureza das intenções e das atitudes, atrairemos definitivamente para nós a companhia triunfante e gloriosa do Anjo protector. Enquanto o não fazemos, a noite ronda nos abismos do mundo. O apelo angustioso do Eterno, o ansioso chamamento do Infinito, o grito imenso de Deus, desce em vão até junto da humanidade sofredora. Os demônios mergulham os dentes finos na polpa macia do nosso corpo. E os Anjos baixam os olhos puríssimos, envergonhados e cegos, por sua vez, à vista da imensa chama do pecado. Sim, também nisto é preciso regressar: é preciso regressar à pureza das intenções, se queremos regressar às grandes certezas da vida!

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Quisemos hoje, em íntima colaboração entre o Brasil e Portugal, unir o poder da palavra à sugestão da poesia, e, com ambas estas forças, acender novas estrelas no céu da nossa esperança! A noite de hoje não pode encerrar-se, porém, sem uma invocação especial, a mesma que fez Carlos Gomes em notas de música e em estrofes de poema, pedindo protecção para a pátria brasileira: a

“Invocação à Cruz”. Na terra de Vera-Cruz, sobre o planalto heróico de Piratininga, onde tantas vezes soaram as vozes dos missionários da verdade — e no país onde se ergue este Cristo maravilhoso do Corcovado que devia ser, para nós, constante apelo ao remorso, as últimas palavras deste pobre semeador de estrelas apagadas vão ressoar como testemunhos vivos da fé comum:

— Senhor:

Mil novecentos e cinquenta e um anos de lágrimas não chegariam para afogar em dor e remorso o caminho do Calvário. Que diremos, então, de mil novecentos e cinquenta e um anos de traições? E todos estes anos valem centenas de milhares de dias, milhões de horas, dezenas de milhões de minutos. E em cada um destes anos, em cada um destes dias, em cada uma destas horas, em cada um destes minutos, nós que devíamos viver só para merecer a tragédia do Calvário, mil novecentos e cinquenta e uma vezes te crucificamos de novo com os nossos erros, centenas de milhares de vezes te cuspiamos no rosto a nossa descrença, milhões de vezes te esbofeteamos com o orgulho, dezenas de milhões de vezes te coroamos com os espinhos da nossa infâmia! E, entretanto, quem de entre nós conseguirá acompanhar em pensamento teus últimos passos, sem se enternecer até ao mais íntimo de si próprio, de revolta, de indignação, de mágoa, de ternura, de surpresa, de ansiedade, de remorso, de amor! Filhos miseráveis de Adão nós o fomos, até que se consumou o resgate maravilhoso da Cruz. Mas, depois desse instante fomos adotados para a Eternidade! Satã perdeu no Gólgota os seus direitos. E, se apesar disso, para vexame e tristeza nossa, a incompreensão e a rebeldia ainda nos alimentam as veias juntamente com o pecado do primeiro homem, sabemos que um simples e profundo chamamento inferior bastaria agora para que o Teu sangue divino, em transfusão redentora e purificadora, nos erguesse às alturas de uma vida nova e de um novo destino!

Cruz, oh Cruz que nos abraças, Cruz que nos iluminas, Cruz que nos redimes, dá ao mundo novas estrelas para um novo céu, resgata com o teu perdão todos os países do mundo — e protege, oh Cruz, a pátria brasileira!

S. FRANCISCO DE ASSIS E OS NOSSOS TEMPOS

Conferência proferida pelo Dr. Maurício Benedicto Ottoni na sede da Associação dos Amigos de São Francisco no dia 28 de Julho de 1951.

Tomás de Celano, na Primeira Legenda, pág. 83, traça o perfil do Santo de Assis: "Era um homem que falava com eloquência, de ar alegre e fisionomia afável, sem todavia demonstrar fraqueza ou arrogância; estatura média, talvez baixa; figura esguia; olhar franco; cabelos escuros; sobrancelhas rectas; nariz regular, fino e recto; orelhas afastadas, mas pequenas; seu falar era sem malícia, penetrante, ardoroso; a voz lhe saía veemente, doce, clara, sonora; lábios pequenos e delgados; barba negra, de fios esparsos; espáduas estreitas; mãos finas, dedos longos; pés pequenos; seu corpo tinha o mínimo de carnes; vestia-se com rusticidade; não dormia, sua mão era, sempre, largamente aberta. E porque ele era humílimo entre os humildes, para com todos testemunhava imensa bondade e mansuetude, e sabia adaptar-se ao temperamento de cada um; tão santo era ele que não procurava sobressair no meio em que vivia, até parecendo um pecador entre pecadores".

Em todos estes traços, que a pena viva de Celano há séculos riscou, há uma impressionante indicação de quanto o HUMANO pode se projetar rumo ao DIVINO. Tudo acidente e acessório, em São Francisco, menos a sua santidade perfeita, a cujo serviço houve um corpo quase descarnado, mal vestido e mal cuidado. Nesse corpo, os sinais de uma evidentíssima e incalculável espiritualidade, se imprimiram no ser e no manifestar-se, pois pedia da matéria o mínimo para viver e dava ao espírito, no sacrifício, na oração e na eloquência — "*ex-abundantia cordis os loquitur*" —, muito mais do que se poderia imaginar possível.

Esse homem era de físico pequeno, ombros estreitos, fala singela, sem artificios e sem malícia, mas nessa figura, insignificante para os olhos da carne, acendia-se com frequência um vulcão de eloquência inspirada, quando lhe tocava o sopro do ESPÍRITO SANTO.

Assim descrita com rara sinceridade e singeleza, a figura de São Francisco cresceu com os séculos, cresceu em número e pelo

espaço geográfico, e por tempos e lugares a estamemha grosseira e pobre desdobrou-se como bandeira universal de Cristo.

Sim, diz Masseron, em sua conferência na Sorbonne, em 1926: "porque S. Francisco foi o Apóstolo da alegria, essa mesma alegria que ele descobriu no amor à Pobreza, fez ele com que seu túmulo operasse esse perpétuo milagre, que é o de afastar das almas a inquietação costumeira, a tristeza da condição humana, efêmera e doentia".

Tal era Francisco de Assis. Como seria a Assis de São Francisco? Suspensa nos flancos do monte Subasio, foi a cidadezinha fundada por Dardanus oitocentos e sessenta e cinco anos antes de Roma. É, pois, uma das mais antigas cidades da Itália. Foi berço do poeta Propércio, nascido no ano 46 antes de Cristo. São Crispólito, discípulo imediato de S. Pedro, de quem recebeu a luz da doutrina evangélica, foi quem levou, para essa região predestinada, a religião cristã.

Na vetusta catedral de S. Rufino, ainda existem as fontes romanas, nas quais em 1182 o baptismo abriu para Francisco as portas da Divina Graça. Em Assis, quem procura bem, aqui e ali, descobre lancos de muros etruscos. Este é o histórico sinal de que os Etruscos ali dominaram, vencendo os Úmbrios, com os quais estabeleceram depois uma confederação. Mais tarde a féria romana estendeu suas asas sobre toda a Itália... e Assis se transformou em município romano. Propércio e o templo de Minerva são as tradicionais marcas do domínio romano em Assis.

A família de Francisco não tinha raízes no solo úmbrio. Pedro Bernardone, seu avô, era de Luca. A "gens" de seu pai se denominava "os Moriconi". Sua mãe, viera da lendária Provença.

Rantizado com o nome de João, escolhido por sua mãe, o Santo de Assis teve seu nome mudado, por seu pai, para o de Francisco. Pedro Bernardone, nas suas frequentes viagens comerciais, sentira o encanto da gente francesa, elegante e amável. Por isso, quis que seu filho recebesse denominação que recordasse o Francês.

Eis o cenário geográfico, o ambiente familiar, um traço ligeiro das origens do berço alpestre de Francisco.

No tempo em que madrugava o coração de Francisco para as afeições e em que sua imaginação buscava inspirar-se na beleza da vida e do mundo, "toda a Europa tinha por ideais o cavaleiro e a vida cavaleiresca, tal como se desenvolvia nas cortes provençais de amor". Na Itália rivalizavam as cortes em justas e torneios, de galanteria e de armas, de trocas e de danças. "Por toda a parte se ouviam canções de gesto, trovas e serventes; por toda a parte avidamente se escutavam as façanhas do Rei Artur e dos Cavaleiros da Távola Redonda. E até nas cidades de menor importância eram instituídas *cortí* ou "cortes", consagradas a *gaya sciienza*, à alegre ciência". Luxo, alegria, prazer, quenturas de sangue provençal,

tudo isso arrastava Francisco para a vida de gozo, de ostentação, de ruído, de aparato...

Francisco, rico e vaidoso, naqueles anos juvenis era queridíssimo entre a turba de amigos, que, como mariposas, se sentem atraídos pela luz de uma vida feliz, próspera e brilhante. Dias de Itália, belos e luminosos, noites de Úmbria, ponteadas de estrelas, e povoadas de sonhos, eram para Francisco e seus afeiçoados tempos de folia, de algazarra e descantos. Todavia, *em meio a essa boémia*, Francisco sempre manteve intacta a sua alma, das vilezas da corrupção. Nela habitava, nos seus íntimos tabernáculos espirituais, a graça divina da pureza. Falias, ceiatas, passeios noturnos, descantes... tudo alegria e juventude. Nada de transigências e debilidades ante o Mal, ainda que revestido das sedutoras roupagens e encantos do gozo e do prazer.

Essa indemnidade de Francisco era bem a riqueza interior de espiritualidade: dom do Espírito Santo. Solicitações outras de glória pelas armas, reveladoras do temperamento e das influências medievais e trovadorescas de Francisco, condizentes com o meio ambiente, arrastavam o jovem para campos de batalha. Era bem Francisco uma vocação em busca de objectivos, procurando um ponto de apoio, um momento e um motivo de revelação e de realidade. Como aquelas forças cósmicas que procuram um conduto, um caminho, uma passagem para a sua demonstração, a grande e oceânica alma de Francisco forcejava pela realização de seus desideratos, de suas esperanças, de suas nobilíssimas aspirações.

Tendia Francisco à luta, à operosidade, à dedicação, à uma bandeira, a uma dama espiritual, a um rei que ainda não encontrara no mundo, tudo isso para que de seu íntimo tirasse, para oferta e para prêmio ao alvo do seu amor e do seu ideal, o sacrifício, e denodo, o amor a uma causa, a um princípio, a um glorioso embate. Flores da Úmbria; regatos que cantam nos prados, ou se despenham, de montes na claridade e no azul das manhãs; passaritos orquestrando nos ramos e nas árvores; a neve vestindo de noivas as montanhas e as árvores; chuvas cobrindo da água pura das nuvens a boa terra e a natureza fértil; as feras, coitadas, enganadas pelos seus instintos bravios; o fogo que se irmana no calor caridoso e confortante; a morte queda e triste a cumprir sua missão entre os vivos, tudo isso, no ânimo de Francisco se ia erguendo como tintas e sons de quadros e sinfonias de Deus no Mundo da Creação...

Mas Francisco havia-de lutar contra os preconceitos, contra os interesses humanos, contra os apegos da família, contra a vaidade de um pai que o queria para o Mundo e para os negócios. Óbices fortes que outrem não venceria, Francisco havia-de suplantar, risonho e corajoso. Severa, a autoridade paterna se lhe antepôs; o peso do meio em que vivia era o fardo do ridículo, eram as farpas da ironia, do desprestígio ante falsos amigos, era enfim a destruição

de Francisco Bernardone, a sua trituração no engenho e nas mãos de Cristo. Duro preço exige Cristo. S. Paulo foi por Ele arrancado de si mesmo, despojado do seu homem velho. Pedro teve sua pessoa refundida com lágrimas e com martírio. Agostinho passou pela forja da formação de um homem novo, acima dos vícios e retalhos do velho homem que era... Assim, muitos sucumbem às mãos de Cristo. Cristo quer o homem morto, para ter o homem ressurgido do seu próprio túmulo, túmulo este que nada mais é do que o pecado argamassado pelo demônio. Francisco caiu nas mãos de Deus. Deus não o abandonou mais. Não o queria mais para joguete da matéria e para a escravidão dos instintos. "*Per aspera ad astra*". Pelos caminhos ásperos o levaria às estrelas, lindos pontos de luz pura no céu noturno. Francisco foi dócil. Francisco foi alegre, aceitou corajosamente o convite para destruir-se e reconstruir-se na graça. Cárceres, desprezos, violências, repugnâncias, pobreza, torturas físicas, maldades, até pancadas, fomes, cegueira e doenças, tudo reuniu Francisco para formar a sua FELICIDADE PERFEITA em Cristo, que ele tão bem explicou ao seu bom frei Masseo, no caminho nevoso, quando iam alhures... Francisco, herói e soldado, Francisco, mendigo e desprezível, Francisco santo, como eu te admiro! Francisco, reprodução de Cristo, tu és sobrehumano! Como pudeste, meu herói, voar tão firmemente sobre o mundo, e viver no Mundo, arrastar-te sobre pedras e detritos, deixando à tua passagem, por um caminho de sete séculos, um rasto de luz e de santidade, e de alegria perfeita, e de cristandade sem igual?

Revê, santo genial e humilde, estas terras dos homens que, como na tua época esquecem o teu e nosso Deus. Por acaso, outros lobos como o de Gubbio afiam seus dentes e revolvem a sua ferocidade para ameaçar as cidades e as gentes. As famílias já não são como Deus as quer. O sopro do ateísmo crestou em tudo a caridade, o amor, o idealismo. Corações endureceram e baixaram as trevas; não mais se compreende e aceita a verdade; já o bálsamo da caridade não existe para os Samaritanos, feridos pelos salteadores das ruas, espoliados pelos ambiciosos de tudo quanto desprezaste!

Em suas inúmeras aparições a doce Mãe de Jesus chora pela Humanidade e pede a ela que regresse para a felicidade, para a Igreja, para Deus. Mas o comunismo ateu está desnaturando a mocidade, desfazendo acivilização e tentando denegrir a obra de Cristo.

Culpados, os homens não procuram se opor à onda avassaladora. Não basta a piedade individual. Não é suficiente cuidar só de sua própria salvação. A Religião é principalmente a comunhão na santidade, e esta pressupõe sociedade, destino comum, cooperação, salvação recíproca, sob pena de sossobrar o indivíduo egoísta nas ruínas da sociedade, que é um bem comum. Não se combate o ateísmo e o comunismo, com a troca platônica de palavras lindas e amáveis. São Francisco, santo dos séculos e da eternidade, deu-se a si pelos

seus semelhantes. Por isso é patrono da acção social católica. Admirar S. Francisco é um dever, seguí-lo e praticar seus ditames é imperativo e inadiável... para sobreviver a nossa fé, para nós mesmos podermos viver como deseiamos, à luz dos Evangelhos, devemos seguir os passos firmes do Poverello.

Repitamos as palavras de um mestre de Franciscanismo, Gemelli ("O Franciscanismo", pág. 369): "Numa civilização assim feita o Franciscanismo pode parecer um anacronismo, quando não um sonho doutros tempos, da idade de ouro do espírito. Que há de comum entre os fidelísimos do Evangelho e os modernos

"ingrati meccanici nemici
d'ogni gentile e caro adoperare?"

Que nos pode dar o Franciscanismo?

Aquilo exactamente que nos falta e que o progresso mecânico exterior dos nossos dias é incapaz de crear, isto é, o remédio que nos cure do mal que em nós inoculou o veneno do nosso tempo. A fé absoluta nas nossas forças, a febre do trabalho, a satisfação do presente, o desprezo da dor e da morte, que são o tormento das almas modernas, occultam uma insatisfação profunda que todo o conforto anglo-americano não é capaz de eliminar. Esta insatisfação não é certamente uma novidade do nosso tempo, mas no nosso tempo é mais impressionante, porque contrasta com as conquistas de que o progresso actual se gaba.

A este mais ou menos confessado tormento e ânsia de infinito, que é o que nos faz homens, a antiga civilização oriental tinha respondido com a beatitude da anulação no Todo: a Grécia com o pensamento e a beleza; Roma com o Direito; o Cristianismo com a única Revelação capaz de satisfazer as necessidades do coração humano: a paternidade de Deus e a redenção do homem por obra do Filho de Deus. A Idade Média repetiu essa resposta, mas não a praticou integralmente, por isso a Renascença pediu de novo à antiguidade clássica o saber e a beleza para os homens cansados; e os conseguiu e deles gozou; neles, porém, não encontrou a felicidade, que se acha alhures, mas chegou ao esgotamento no seu afã creador de obras primas de arte. A civilização moderna obtém do maquinismo o máximo de velocidade e o máximo de conforto, mas nada que possa consolar o coração dos homens; esta civilização não sabe nem ao menos nos dar a verdadeira beleza da arte, porque a beleza pede contemplação e só se exprime na arte mediante um laborioso processo de amor e de sofrimento, enquanto a nós falta a tranquilidade para contemplar, o tempo para meditar, o recolhimento e o espírito de sacrificio para sentir tanto a poesia do amor como os benefícios do sofrimento. E agora se fruimos momentos de alegria, se nos orgulhamos com o progresso das máquinas, se nos compadecemos

dos nossos avós que andavam de diligência e iam à luz de candeias, na realidade nossa soberba é apenas uma máscara que encobre a nossa dúvida, a nossa inquietação, impedindo-nos de responder a essa pergunta que surge do mais profundo do nosso ser nos breves momentos de descanso entre uma corrida e outra: porquê?

A necessidade de agir não explica o "porquê" da vida. O aeroplano, a luz eléctrica, o rádio, não nos livram do cansaço de estudar para saber, do esforço de dominar-nos para conviver com os nossos semelhantes, de lutar para vencer, nem nos poupam o sofrimento de sermos humilhados e pouco amados. Tudo é asseado, cómodo, rápido, mas o nascer e o morrer se fazem como outrora, e quem desejar uma onça de talento, uma migalha de amor, um vislumbre de ideia, alguns anos a mais de vida não encontrará máquina alguma que possa fornecê-los. Quando nos declaramos satisfeitos, mentimo-nos a nós mesmos e atordoamos a nossa alma. Quando negamos o pecado e a nossa responsabilidade, sufocamos a consciência que é para cada um de nós legislador e juiz inexorável e a cada qual aplica a lei de acordo com a sua medida pessoal, a que a ninguém é dado escapar mesmo quando todos os tribunais do mundo nos absolvessem. Realmente basta-nos parar um pouco e entrar em nós mesmos para perceber que somos mais infelizes do que acreditamos.

Esse diagnóstico do mal que aflige a nossa sociedade pode ser resumido em uma frase: a privação de Deus, a falta de vida sobrenatural, o domínio da natureza sobre nós.

Mas não há motivo para desesperar, porque o Cristianismo é uma força divina que jamais se extinguirá no mundo. São Francisco pode ainda hoje reconduzir os homens a Cristo, porque a sua espiritualidade oferece uma especial e directa solução para alguns problemas da consciência moderna, os quais são: a inquietação interior, a crise da liberdade, a tendência para a acção, a conquista da felicidade".

Assim, pois, Francisco — domador de lobos, outro Cristo, caridade feita homem, — vem com tua presença benigna, de novo, entre nós, trazendo com a tua santidade sem mácula, para a nossa época torturada, o sorriso, o bálsamo da tua felicidade perfeita. — Pobrezinho de estaménha, volve tuas mãos estigmatizadas e banhadas de luz eterna para os teus filhos em Cristo, nas quais há bênçãos salvadoras e põe nos nossos lábios a tua prece a Jesus e, nos nossos corações doridos e amorosos, o teu próprio coração, coração que é a joia que enfeita a coroa estelar dos Santos e dos Bem-aventurados!

Saudades

CHARLES MAURRAS

Morreu Charles Maurras.

Sobre o seu esquife chora a França tradicionalista e vomita injúrias a França revolucionária.

O maior jornalista político do nosso tempo trazia em si toda a sensibilidade poética dos homens da Provença.

Com o poder do seu estilo exaltou os valores imortais da história de uma nação cuja grandeza ele sempre atribuiu ao Catolicismo e à Monarquia. A França decadente da república e do laicismo teve em Maurras o mais implacável acusador. Seus artigos eram temidos pelos homens da III.^a República, nos tempos da *Action Française*, e pelos da IV.^a, quando escrevia da prisão para as colunas de *Aspects de la France et du Monde*.

Foi uma das muitas vítimas da pseudo-resistência, naqueles dias tenebrosos do novo Terror, organizado pelos comunistas sob as vistas complacentes de De Gaulle e com a colaboração do M.R.P. Os intelectuais da direita eram então sumariamente eliminados, sob pretexto de colaboracionismo. Condenado à prisão perpétua, não emudeceu. Não diminuiu em nada, antes fez crescer ainda mais a vibração de sua linguagem.

Seu patriotismo não podia tolerar o que estavam fazendo da França. O ódio ao mal — que é consequência necessária do amor ao bem — tornava-o por vezes violento nas expressões. Por isso, muitos o censuraram, vendo nele um homem apaixonado e cruel. A mediocracia contemporânea não pode compreender Maurras.

Veio do positivismo. E sendo assim, não alcançou desde logo o verdadeiro sentido dos ideais da Cristandade, que se apresentavam aos seus olhos fundidos com as glórias da França, mas sem o esplendor do sobrenatural. O naturalismo político em que caiu foi a raiz do conflito com a Igreja. Na defesa intransigente da verdade, a Santa Sé condenou a *Action Française*, como no século passado condenara o *Avenir*.

Ao contrário de Lamennais, depois da condenação do *Avenir*, Maurras encontrou o caminho da reconciliação. O orgulho

fizera Lamennais morrer impenitente. A humildade, que Maurras aprendia com o exemplo de Santa Teresinha do Menino Jesus, de quem era grande devoto, o levou à submissão.

Leão indómito, jamais se curvara ante os homens, mas abaixou a cabeça para receber o perdão do Vigário de Cristo.

O pensamento político de Charles Maurras, expurgado de seus erros pelo acto de submissão a Roma, é a mensagem da França autêntica nos dias conturbados de uma França envilecida e desgarrada de sua vocação.

Documentos

Circular da Sagrada Congregação dos Seminários ao Episcopado do Brasil

Temos recebido insistentes pedidos para publicar a Circular que, em data de 7 de Março de 1950, a Sagrada Congregação dos Seminários enviou ao Episcopado Brasileiro. Trata-se de um documento cuja relevantíssima significação excede ao âmbito dos estudos eclesiásticos. É a palavra vigilante da Roma, alertando os católicos contra uma série de erros filosóficos, sociais e políticos que sorrateiramente se vêm infiltrando, de há muito, no Brasil e noutros países.

Eminentísimos Senhores Cardeais, Excelentíssimos Senhores Arcebispos, Bispos e demais Ordinários do Brasil. — Esta Sagrada Congregação, que acompanha atentamente, como é de seu dever, o andamento dos Seminários, onde crescem tantos jovens levitas, promissora esperança da Igreja, está bem informada dos progressos conseguidos em a nobre terra do Brasil, visando a obter uma óptima formação do clero, e congratula-se, por isso, com os Excelentíssimos Senhores Bispos. O Primeiro Congresso Nacional de Vocações Sacerdotais, realizado recentemente na Sé Primacial do Salvador, no Estado da Bahia; os esforços que se fazem para aumentar o número das vocações sacerdotais, até agora muito inferior ao que convém para satisfazer às necessidades de uma grande nação católica; o número crescente dos jovens escolhidos que são enviados a Roma, a fim de concluir no Pontifício Colégio Pio Brasileiro a própria formação intelectual e moral ao sacerdócio: todos estes frutos do zelo dos Excelentíssimos Senhores Bispos, e de seus dedicados colaboradores, trazem-nos muita consolação, e são dons preciosos do Pai Celeste. A Ele glória e gratidão.

Importância da ciência. — Sabemos, também, particularmente, com quanto cuidado se procura, nos Seminários Maiores, aperfeiçoar os estudos e adaptá-los às necessidades do nosso tempo. É facto necessário que o sacerdote esteja preparado para apresentar a doutrina exacta, segura e tradicional sob a forma que melhor iluminará as inteligências e conquistará os corações.

Ciência antiga e ciência moderna. — Por isso, deve-se primeiro, aperfeiçoar sempre a arte de escrever e de falar, cujos princípios foram aprendidos durante os estudos clássicos. Cumpre, depois, conhecer os erros modernos, considerando e refutando clara e sólidamente os princípios que são a fonte dos vários sistemas de hoje e de amanhã. E, finalmente,

é preciso prestar especial atenção áqueles problemas tanto especulativos como práticos que estão na ordem do dia e dos quais o sacerdote deve saber a solução conforme à Revelação e à recta razão. "*Labia sacerdotis custodient scientiam*". Não deixemos que nos arrebatem das mãos a direcção intelectual dos homens, quando se trata dos máximos problemas que interessam à integridade da fé e à salvação eterna das almas.

O acordo, porém, destes dois fins, isto é, ensinar uma doutrina sólida, tradicional, esclarecedora, e ao mesmo tempo apresentá-la de maneira adequada às necessidades actuais, não deixa de ter particulares dificuldades; tanto assim que, muitas vezes, o justo equilibrio deixa de ser observado, e vai-se cair, ou num ensino exacto, mas incompleto e encerrado em formas arcaicas que o tornam difficilmente utilizável nas lutas de hoje, ou, por outro lado, em novidades que agradam deveras, de algum modo, à juventude, mas que corrompem a doutrina e impedem a verdadeira formação da intelligência.

Dever da Sagrada Congregação. — Por isso, esta Sagrada Congregação julga de seu dever recordar a todos quantos são responsáveis pelo bom andamento dos Seminários, *opportune, importune*, as normas ditadas pela sabedoria dos séculos e pelas experiências cotidianas, para a obtenção de uma cultura sólida e actualizada ao mesmo tempo, consoante aquilo do pai de família que dá aos seus filhos *nova et vetera*.

Todavia, dado que o perigo mais urgente, hoje, não é o de um apego demasiado rígido e exclusivo à tradição, mas principalmente o de um gosto exagerado e pouco prudente por toda e qualquer novidade que apareça, cremos de utilidade chamar atenção dos Excelentísimos Senhores Bispos para este grave perigo que tornaria vãos os melhores esforços e, ainda mais, produziria efeitos completamente opostos áqueles que se procuram conseguir com tanto sacrificio de pessoas e dispêndio de recursos materiais.

Seguir a Santo Tomás. — Quando o Papa Leão XIII, de gloriosa memória, quis restituir a solidez e a profundidade que convêm ao ensino eclesiástico, então incerto e superficial, em muitos lugares, pediu e impôs com a Enciclica *Asteris Patris*, a volta à Filosofia de Santo Tomás de Aquino, através do qual a razão alcançou talvez os mais elevados cumes que lhe sejam possíveis, e a fé encontrou na razão os mais numerosos e válidos auxílios (Leonis XIII Acta, vol. I, Romae 1881, p. 27). Exortava ele: *Vos omnes, Venerabiles Fratres, quam enixe hortamur ut ad catholicas fidei tutelam et decus, ad societatis bonum, ad scientiarum omnium incrementum auream sancti Thomae sapientiam restituatis*. E acrescentava: *Ceterum, doctrinam Thomae Aquinatis studeant magistri, a Vobis intelligenter lecti, in discipulorum animos insinuare; eiusque prae ceteris soliditatem atque excellentiam in perspicuo ponant* (Ibid., pp. 282-283). De facto, obedecendo às normas do grande Pontífice, a filosofia e a teologia católica recommçaram a florescer, a produzir obras de grande valor, e conquistaram a estima das Universidades dos Estados, que não raro inseriram Santo Tomás nos seus programas. Os sucessores de Leão XIII têm todos recomendado a doutrina do Aquinate. O Santo Padre Pio XII, no primeiro

ano de Seu Pontificado, reunindo no pátio de São Dâmaso os milhares de estudantes eclesíásticos que residem em Roma, disse-lhes: *Quapropter, dilectissimi filii, animum afferte plenum amoris et studii erga Sanctum Thomam: totis viribus incumbite ut luculentam eius doctrinam intellectu perspiciatis: quidquid ad eam manifesto pertinet et tuta ratione ut praecipuum in ea habetur, libenter amplectimini* (AAS. XXXI, 1939, p. 246 ss.).

Pensamento da Igreja. — O mesmo Código do Direito Canônico ordena: *Philosophiae traditionalis ac theologiae studia et alumnorum in his disciplinis institutionem professores omnino pertractent ac Angelici Doctoris rationem, doctrinam et principia, eaque sancte teneant* (can. 1366, § 2).

Não se pode, portanto, duvidar do pensamento e da vontade da Santa Igreja; e, sem dúvida, entre os que devem especialmente demonstrar a própria submissão à Igreja, estão precisamente os clérigos que se formam para o seu serviço e os professores aos quais Ela confiou a educação dos seminaristas.

Método escolástico. — Consequentemente, não se deve mudar o método de ensino — queremos dizer o método escolástico — que é antigo, sim, mas não é antiquado. Definir com exatidão e precisão; dividir as questões; demonstrar com ordem, clareza e solidez; citar as autoridades com fidelidade e sobriedade; refutar os adversários sem ambiguidades: estes são os ideais da exposição escolástica, e devem ser os de todo ensino sério e formativo. Quanto aos princípios e à doutrina, seria uma grande temeridade abandonar as razões que o gênio dos Padres e dos Santos Doutores empregou para ilustrar e defender a fé, e que o gênio de Santo Tomás recolheu e apresentou com o máximo de vigor que possuem.

Doutrina tradicional. — Se o professor tiver aprofundado a doutrina tradicional, e estiver entusiasmado por ela, também os discípulos haverão de saboreá-la, sem necessidade de irem beber em fontes envenenadas. Se, pelo contrário, o professor, sob o pretexto de filosofia modernizada ou de teologia "viva" procura ensinar com sentenças oratórias e com expressões peregrinas as novidades da moda do dia, deformará as inteligências e comprometerá o futuro da Igreja em todo o campo das influências de seus alunos.

Evitar certos erros. Milagre — Graça — Pecado original. — E' certamente ao "snobismo" das novidades que se deve o pulular de erros ocultos sob uma aparência de verdade e, mui frequentemente, com uma terminologia pretensiosa e obscura; que se quer fazer apologética sem falar do milagre, nem refutar os erros, apresentando unicamente a vida íntima da Igreja; que se exalta a grandeza do homem, deixando na sombra o pecado original e as suas consequências; que se contempla a glória da Ressurreição do Redentor sem meditar sobre a Sua Paixão; que se magnifica a onipotência da graça, sem falar na necessidade da cooperação por parte do homem.

Creação do homem. — O grande progresso das ciências naturais, que deveria servir tão somente para exaltar a sabedoria do Criador e melhorar

a condição dos homens, foi, ao contrário, para alguns, a ocasião de teorias arriscadas, destituídas de sólido fundamento, que abalam as inteligências inexperientes e desacomodadas. Em particular, fala-se da origem do homem, fazendo-o provir, sem mais, do bruto, não levando em conta as exigências mais certas da filosofia e da teologia, exigências, porém, lembradas pelo Santo Padre, no discurso que pronunciou faz poucos anos, diante da Academia Pontifícia de Ciências (AAS., XXVIII, 1941, p. 506); põe-se em dúvida a descendência de todos os homens de Adão e Eva, deixando, por tal forma, cair dúvidas também sobre a elevação sobrenatural do homem, sobre o pecado original e sua transmissão; ou, caindo no excesso oposto, propaga-se um certo sobrenaturalismo que despreza tudo aquilo de que o Senhor nos dotou com a nossa natureza: a ética racional, a filosofia propriamente dita e o próprio direito natural que o Soberano Pontífice reafirmou, recentemente, ao receber os componentes da Sagrada Rota Romana. Outros, favorecendo as diversas formas do relativismo, expressam-se de modo a pôr em perigo a imutabilidade do dogma. Quem não vê a urgência de proteger contra semelhantes tendências os jovens clérigos, ainda incapazes de discernir por si mesmos os erros escondidos sob as aparências de puro zelo e sob o véu de uma forma brilhante?

Liturgismo — Eucaristia — Oração. — Perigos semelhantes existem no campo da vida espiritual. Em Sua Encíclica *Mediator Dei*, cheia de tanta doutrina, o Santo Padre Pio XII assinalou e desaprovou certos abusos, que alguns estavam introduzindo, sob pretexto de uma Liturgia mais pura. Assim, falava-se contra a adoração do Santíssimo Sacramento, que, diziam, se conservava somente para o viático a ser evado aos doentes; falava-se contra a acção de graças prolongada por algum tempo depois da Comunhão e da Santa Missa; falava-se contra a Bênção Eucarística, tida por inovação irracional. Alguns iam mais longe, reprovando a representação de Jesus Crucificado, por ser menos conforme a suas concepções sobre a vida mística; outros não admitiam senão a oração litúrgica e desprezavam a meditação particular, os Exercícios Espirituais, os exames de consciência. Erros esses todos, opostos à tradição mais sadia e constantemente aprovada pela Santa Sé, e que também depois da Encíclica, não parece tenham desaparecido inteiramente, muito embora hajam sido aberta e explicitamente atingidos por aquele documento. Relembramos apenas esta sentença, na qual Pio XII enumera alguns exercícios de piedade que a Igreja recomenda não só ao clero e aos Religiosos, mas também ao povo católico: *Haec autem sunt, ut praecipua tantum attingamus, spiritualium rerum meditatio, diligens sui ipsius cognitio ac censura, sacri recessus aeternis commentandi rebus instituti, piaae ad Eucharistica tabernacula salutationes ac peculiare illae preces supplicationesque in honorem Beatae Virginis Mariae habitae, in quibus, ut omnes norunt, Mariale excellit Rosarium* (AAS. XXXIX, 1947, p. 584).

Novidade e espírito de crítica. — É natural que, logo a seguir, as ideias erradas manifestam o seu perigoso influxo na actividade pastoral. O espírito de novidade não deixará jamais sem crítica a nada de quanto

até hoje, mesmo com visíveis vantagens, se tenha praticado. Aproveitar-se-á de qualquer abuso, ou ainda de algum exagero num costume tradicional ou num método de apostolado, para ridicularizar e hostilizar o todo, tomado no seu conjunto.

Laicismo. — Entre os mais graves erros dos tempos modernos, deve-se enumerar o laicismo, que mira excluir a Igreja e os seus mais altos representantes da direcção da vida pública e social, reservando-a unicamente aos leigos. Excogitado pelos inimigos da Igreja, o laicismo difundiu o seu espírito também entre os católicos, os quais vêem, constrangidos, a intervenção da Hierarquia Eclesiástica na vida concreta dos povos e relegariam, de muito boa vontade, a actividade dos sacerdotes às igrejas e às sacristias. Desejariam, também, que o ensinamento evangélico se actuasse por via de máximas genéricas, sem jamais descer às aplicações específicas práticas da verdade cristã acerca dos vivos problemas da família, da escola, da justiça social, da paz internacional e da própria liberdade pessoal do homem.

Um verdadeiro cristão, sem confundir os interesses espirituais com os temporais, saberá porém pedir, em todas as questões que tocam à consciência, ou que podem ter interferência com o fim último sobrenatural do homem, os conselhos e a ajuda da Igreja, persuadido de que esta, se lhe mandar dar a Deus o que é de Deus, igualmente ensinará a dar a César o que é de César. Daqui, aparece evidente quanto estejam errados aqueles para os quais a própria Acção Católica, que por essência é submetida à Hierarquia, dever-se-ia subtrair o mais possível ao controle da mesma.

Liberalismo. — Um outro erro, igualmente condenado pela Igreja, deve ser evitado pelo cristão: o Liberalismo. Ele nega que a Igreja, em razão do seu nobilíssimo fim e da sua divina missão, tenha uma natural supremacia a respeito do Estado. Admite e encoraja a separação entre os dois poderes. Nega à Igreja Católica o poder indirecto sobre as matérias mistas. Afirma que o Estado deve mostrar-se indiferente em matéria religiosa, no que respeita a todos os fiéis; que se deve conceder a mesma liberdade à verdade e ao erro; que à Igreja não cabem privilégios e favores ou direitos maiores do que os concedidos às demais confissões religiosas, nem sequer nos países católicos; que a Acção Católica não tem direito de intervir nas questões temporais e civis, nem mesmo quando estas tocam os interesses supremos da religião e as finalidades próprias da Igreja. Ora deve-se ter presente, hoje como no passado, que, onde as circunstâncias o aconselharem, se poderá usar de tolerância para com as falsas religiões e as falsas doutrinas, mas que onde tais circunstâncias não se verificam, devem ser mantidos os direitos da verdade e os homens devem ser preservados do erro. O cristão que fala diversamente trai a sua fé, dá força ao indiferentismo e priva os seus concidadãos do benefício que lhes oferece o culto e o amor da verdade.

Esquerdismo. — Para alguns, nem são suficientes, no campo social, as directivas tão humanas, tão sãbiamente favoráveis às classes trabalha-

doras, que a Santa Sé, principalmente desde Leão XIII até Pio XII, tem promulgado, mas procurar-se-á avançar sempre mais para a esquerda, até nutrir uma verdadeira simpatia para com o comunismo bolchevista, destruidor da religião e de todo verdadeiro bem da pessoa humana.

Vigilância. — A fim de que os caros seminaristas de VV. Excias. sejam mantidos afastados de um espírito assim deletério, faz-se mister uma vigilância constante e sábia. Muito, quase tudo, depende da boa escolha dos sacerdotes que devem viver em contacto com os jovens levitas e formar neles, quer a inteligência, quer a vontade. Apenas algum deles, Superior, Professor, Director Espiritual se manifeste contaminado pelo espírito que acima descrevemos, deve ser afastado, com firmeza e solicitude. Semelhante medida parecerá, às vezes, tornar-se causa de consequências danosas, em virtude do facto que, não poucas vezes, a juventude tem a esses inovadores; mas a experiência demonstra, ao invés, que os bons efeitos não tardam a aparecer, para o bem e a alegria de todos.

Necessidade de estudar a filosofia tradicional antes da teologia. — Se quisermos preservar os jovens da sedução das idéias menos seguras, o meio mais eficaz e mais digno deles consiste em ensinar-lhes uma boa e sã filosofia, isto é, a filosofia tradicional, segundo os princípios de Santo Tomás. Uma vez iluminados por verdadeiros e clarividentes princípios em metafísica e em moral, os clérigos verão, facilmente, a fraqueza e a inconsistência que tantas novidades ocultam sob as louçanias do estilo e sob a abundância de uma erudição mal digerida. Por tal forma, saberão resistir aos sistemas erróneos em voga, e não de estar armados para enfrentar os novos erros que surgirão sempre, com o mesmo fascínio e consistência daqueles de hoje.

E' preciso, portanto, que a primeira orientação filosófica dos jovens clérigos consista principalmente em fazer-lhes conhecer, entender e amar a verdadeira doutrina. Não haverá, por isso, tempo suficiente para entender-se muito sobre os sistemas modernos, mas poder-se-á fazer conhecer suficientemente os principais, em seus princípios mais gerais, de maneira que os estudantes possam depois aprofundá-los mais, se tiverem necessidade.

Uma boa filosofia constitui a melhor preparação para uma boa teologia. Os alunos devem conhecer bem o sentido exato dos dogmas, devem saber defendê-los e estar em condições de ilustrá-los, como diz o Concílio Vaticano, com as analogias tiradas das coisas criadas; guardem-se do relativismo proveniente da filosofia de Hegel, que foi condenado juntamente com o modernismo, e que fala de uma evolução dos dogmas, de um sentido a outro totalmente diverso.

Formação à virtude. — Não basta, porém, cultivar rectamente a inteligência dos seminaristas; além do que, esta mesma cultura seria impossível, se não se procurasse formar primeiramente a vontade e o coração. De facto, o que se encontra no fundo dos desvios que indicamos é, principalmente, o amor próprio, a vaidade, o orgulho.

Quer-se aparecer e por isto procura-se não o que é verdadeiro, mas aquilo que parecerá melhor recebido dos demais. E' preciso, portanto,

ir à raiz, e ensinar os jovens o que há de formá-los: a humildade, a abnegação da vontade própria, a obediência. Alguns dizem que estas são virtudes "passivas", que tiveram sua eficácia no passado, mas que não correspondem mais às exigências da sociedade moderna. Hoje, segundo eles, devem exercitar-se as virtudes que denominam "activas" (Acção, apostolado, organização). São, por conseguinte, favoráveis às Ordens e Congregações de vida activa e menosprezam as de vida contemplativa. Acrescentam que tanto os sacerdotes, como os simples fiéis, devem gozar da mais ampla liberdade individual, seja no pensamento como na acção, sendo o Espírito Santo, mais do que a Hierarquia, quem age directamente na consciência de cada um.

Estes erros funestos, derivados dos influxos protestantes, levariam a uma total desagregação a admirável disciplina existente há séculos na Igreja de Cristo, por vontade mesma do Divino Fundador.

Grave responsabilidade — Devoções à Santíssima Virgem, São José, aos Santos Patronos. — Grave responsabilidade pesa sobre os Superiores e os Directores Espirituais dos jovens clérigos, aos quais devem ensinar a viver segundo o Evangelho. O sacerdote de Nosso Senhor deve, por amor ao Divino Mestre e para imitá-lo, renunciar de coração tanto às honrarias do mundo quanto às comodidades da vida. No estudo, na pregação, em qualquer apostolado não há de procurar a si próprio mas somente as almas. Ora, a renúncia de si mesmo, dos próprios modos de ver, do desejo de sobressair e fazer-se admirado, adquire-se tão só com a oração, com a meditação da vida de Jesus e das palavras por Ele proferidas para todas as gerações, com exercício paciente e controlado por frequentes exames de si mesmo. Sem a vitória neste sector do combate espiritual, não se chega à humildade cristã, necessária para submeter-se em tudo à vontade de Deus. Com a humildade, ao contrário, também a obediência torna-se fácil, e então desaparece o espírito de contradição, de crítica a todas as coisas, de revolta mais ou menos consciente às directivas das Autoridades. Então, o primeiro movimento não será mais o de reprovar e censurar quanto se fez antes de nós, ou sem nós, e de querer mudar tudo, mas antes de reconhecer e utilizar, com ânimo agradecido, o bem que já existe, procurando somente, com modéstia, aperfeiçoá-lo naquilo que estiver ao nosso alcance. Então aparecem os sinais de uma boa formação clerical, sinais que são os seguintes: uma sólida piedade mantida pelos exercícios comuns e pelas devoções tradicionais ao Santíssimo Sacramento, à Sagrada Paixão, ao Sagrado Coração de Jesus, à Santíssima Virgem, a São José, aos Santos Patronos da juventude eclesiástica; — uma conduta regular e disciplinada; — um respeitoso afecto para com os Superiores, para com o próprio Bispo e toda a Hierarquia; — e, particularmente, um entranhado amor ao Vigário de Cristo, o Papa reinante, auxiliando-o com a oração, tomando parte às suas alegrias e às suas dores e seguindo com fervorosa fidelidade as Suas directivas.

— Eis, Excelentíssimos Senhores Bispos, uma ligeira síntese das ideias que esta Sagrada Congregação, zelosa do bom andamento dos Seminários,

apresenta a Vossas Excelências, a fim de que delas possam fazer o uso que a prudência sugerir, segundo as necessidades existentes nos próprios Seminários.

Unindo de tal forma todas as nossas forças, formar-se-á, para a gloriosa Igreja do Brasil, aquela falange escolhida de sacerdotes, que as necessidades actuais exigem.

Com esta conformante visão e à luz do Ano Santo, sentimo-nos feliz de saudar, muito cordialmente, o Episcopado Brasileiro.

Subscrevemo-nos atenciosamente de Vossas Eminências e Excias. Revmas. servo devotíssimo em Jesus Cristo.

(ass.) José Card. Pizzardo, Prefeito

† Carlos Confalonieri, Secretário.

(Segundo texto da REVISTA ECLESIASTICA
BRASILEIRA, vol. X, Junho de 1960, fasc. 2).

Notas Bibliográficas

UM LIVRO E UMA ESPERANÇA

Iniciação à Ciência Política de JULES BERNARD GINGRAS é mais do que um livro é uma esperança. Nele encontraremos as noções fundamentais sobre a Sociedade Política, a Autoridade, a Organização da Sociedade e do Poder, as Relações entre os poderes, o Patriotismo e o Nacionalismo.

Na verdade, não é um grande e volumoso livro, ao contrário, é um pequeno livro. Os serviços que o mesmo prestará aos académicos de direito, aos aficionados da sociologia, a todos os homens desejosos de se iniciar na Ciência Social e Política serão inestimáveis. Disse acima, que o citado livro é uma esperança. Por que? porque este pequeno Manual de Sociologia vem preencher uma lacuna de há muito existente em nosso meio político. Tenho certeza que "*Iniciação à Ciência Política*" despertará no coração de todos os que o lerem a esperança em um mundo melhor, esperando, com fé em Deus, como verdadeiros soldados da Cidadela de Cristo.

Jules Bernard Gingras, o autor, à guisa de prefácio afirma que se encontrará pouca novidade em seu livro. Diz que tentou condensar em seu Manual algumas noções de Sociologia Cristã, "para dela extrair uma teoria da vida política, à luz do Cristianismo".

E logo adiante "Estamos convencidos da absoluta verdade do sistema católico e de sua rigorosa continuidade desde os dogmas e os princípios centrais da razão até às últimas conclusões de economia social ou política. Não é útil que os nossos jovens que se aplicam a estes estudos, o saibam e o sintam? Não é a condição essencial das realizações que sonhamos há tanto tempo? E estas realizações, nas quais se completam a fusão do pensamento e da vida, não são elas a encruzilhada, à qual tendem todos os nossos trabalhos, para o triunfo da Eterna Verdade, para o evento do nosso destino histórico, para o aumento da soma realizável da felicidade?"

"Este livro se dirige, pois, a meus alunos. Não é um Manual. Eu lhe quis dar a forma movente de uma lição falada, desejando que o mesmo seja por alguns meses um breviário".

Consideremos atentamente este trecho: "A vida do homem se desenrola no seio de diversas sociedades que se hierarquizam segundo a dignidade dos fins que elles almejam. No alto desta pirâmide, na ordem natural bem entendido, — se encontra a Sociedade Civil, coroamento e perfeição última do edificio social. Ela se opõe assim à sociedade familiar, que é a pedra básica da sociedade civil. Pela geração, de que ella é a fórmula cristã, a sociedade familiar distribui a vida corporal; pela educação, segunda geração, ella fornece a vida espiritual. Literalmente, ella dá o cidadão à sociedade. Ella é como o baptistério à entrada do templo. Do mesmo modo pelo qual o baptismo introduz o baptizado na Igreja, a família introduz a criança na sociedade".

Esta aproximação nada tem de artificial. A tarefa do Estado e a tarefa da Igreja se assemelham e se completam. O homem com effeito pode ser estudado sob um duplo aspecto: elle é ao mesmo tempo um ser racional, e um filho de Deus. Eis porque elle é chamado à posse de dois grandes bens: o bem temporal e o bem eterno.

Estes bens não são somente individuais, elles são communs a todos os homens. Conquistam-se, pois, em commum, isto é, em sociedade.

Para assegurar esta dupla conquista, há duas sociedades perfectas ou completas: a Igreja e a Sociedade Política.

Na Igreja e pela Igreja, o homem segue em busca do bem commum eterno.

Na Sociedade Política e pela Sociedade Política elle alcança o bem commum temporal.

E' preciso distinguir estes dois bens para os estudar. Em realidade, elles não são senão um. O temporal não existe senão para o eterno, posto que a vocação humana é una.

Sociedade civil ou política é o termo mais geral empregado para designar a Sociedade Humana.

A nação é o agrupamento de um grande número de famílias, unidas por uma comunidade quer seja de raça, quer de cultura, de língua, de aspirações ou de tradições communs.

A pátria é mais do que a casa paternal de um povo, mais do que o território que elle habita; é tudo aquillo que concorre para formar uma nação, aquillo que nós fizemos, aquillo que nós somos. No conceito pátria distinguimos dois elementos: um elemento espiritual, as pessoas e as instituições; um elemento material, a terra natal com seus particularismos (não se poderia aceitar uma concepção unicamente geográfica da pátria, em virtude da qual o objecto do patriotismo seria puramente material). O Estado não é senão a sociedade civil, organizada sob um governo autónomo. Em virtude de uma concepção jurídica bastante difundida hoje, emprega-se muitas vezes a palavra Estado para significar o governo ou autoridade civil. Neste último sentido, o Estado se identifica com o poder público.

Podemos enfeixar em uma fórmula o pensamento precioso dos sociólogos cristãos.

A Sociedade Política é uma sociedade natural e completa, composta de famílias, unidas em vista de assegurar o bem comum temporal.

O exame dos termos completará esta noção sumária de Estado.

A Sociedade Política é uma sociedade... E' o mesmo que afirmar que ela é um agrupamento estável de várias pessoas (físicas ou morais), sob uma mesma autoridade, tendendo a um mesmo fim, por meios comuns. E' admitir que a sociedade civil realiza as condições de existência de uma sociedade: a triplíce unidade, — de autoridade, de meios e de fim, — na multiplicidade de assuntos que ela encerra.

A Sociedade Política é uma sociedade natural... Todas as sociedades, por mais úteis que sejam, não se podem dizer procedentes directamente da natureza. Assim as sociedades mútuas, as uniões de cooperação cultural ou económica etc. Pelo contrário, a natureza humana exige a sociedade política ou civil.

A Sociedade Política é uma sociedade completa... As sociedades, mesmo naturais, não são completas, se não forem: I — autónomas em sua esfera de acção; II — providas de todos os meios necessários para atingir o seu fim.

Tal é o caso da sociedade civil.

A Sociedade Política é composta de famílias... A Sociedade civil é o desenvolvimento da família. Nós somos todos oriundos da primeira união conjugal, de Adão e Eva. Repitamo-lo, a família apareceu pela primeira vez no começo do mundo e esta anterioridade existe ainda para todo homem, que nasce em e para a família. E' assim que a Sociedade é um todo orgânico, merecendo por sua semelhança ao corpo humano, o nome de corpo social, e não simplesmente a soma dos indivíduos adicionados uns aos outros, segundo a opinião de J. J. Rousseau (individualismo).

E' por terem esquecido esta muito importante verdade, que certos países têm sido conduzidos à decadência, pela ruína da família. O exemplo da França é típico.

A Sociedade Política é uma reunião de famílias... visando o bem comum temporal. Tal é o fim próprio da sociedade civil. Fim extremamente importante e nobre, como o bem de que é o objecto, sobretudo se se recordar que o temporal termina no Eterno, em vista do qual ele existe.

Lembre-mos de que o temporal, não é sinónimo de material, nem o espiritual o é de sobrenatural. Não vamos rebaixar o fim do Estado pela pura busca de algumas riquezas materiais, em vista do bem estar dos corpos. Esta opinião, insustentável para um cristão, decorreria de uma concepção materialista da sociedade. O homem que pensa e é livre, não é um ser unicamente material, mas material e espiritual ao mesmo tempo. Os Bens que ele desejará na Sociedade serão, pois, de mesma essência que ele mesmo. Segue-se, pois que o bem comum deve ser ao mesmo tempo material e espiritual.

DE ONDE VEM A SOCIEDADE POLÍTICA ?

A Sociedade Política é um produto do instinto nacional? de um livre contrato? ou da vontade de Deus? Tais são as principais hipóteses, entre as quais escolheremos uma. Concluímos desde logo que:

I — A SOCIEDADE CIVIL NÃO PODERIA SER ÚNICAMENTE O PRODUTO DO INSTINTO NACIONAL.

O instinto é em todos os domínios, uma indicação preciosa dos caracteres essenciais da humanidade e dos direitos deles decorrentes. Se o homem não fosse sociável por natureza, está claro que a sociedade nunca teria existido. Mas pergunta-se se verdadeiramente o instinto pode ser causa do direito, se o facto de experimentar um instinto, dá o direito de satisfazê-lo. A experiência quotidiana testemunha o contrário, que o homem deve lutar contra seus instintos, porque ele não poderia satisfazê-los sempre sem prejudicar a si mesmo, e ao bem social. A virtude do patriotismo, — para não citar senão este exemplo, — não nos manda refrear o instinto de conservação da vida, para defender a pátria sobre os campos de batalha? Irracional por sua natureza, o instinto precisa de um jugo. A teoria do instinto nacional, modernizado sob o nome "princípio das nacionalidades" tem sido explorado por certos países, em detrimento do direito das gentes. Aceitá-lo, é simplesmente subtrair o Estado e suas leis à Lei Moral. Do visto, rejeita-se este sistema, que é nitidamente subversivo e contrário à ordem cristã.

II — A SOCIEDADE CIVIL NÃO É MERO RESULTADO DE UM CONTRATO LIVREMENTE CONSENTIDO PELOS HOMENS.

Negamos assim a opinião bem conhecida de Hobbes e de Rousseau. O homem, — escreve Rousseau, — foi creado para viver livre e solitário, na independência mais absoluta. Tal era o seu estado natural. Infelizmente, ele desviou-se desta conduta, ligando-se aos seus semelhantes. Passou assim para um "estado artificial" de onde saíram todas as espécies de conflitos. E para os apaziguar, para dissimular os efeitos nocivos de tal facto é que, segundo Rousseau, apareceu a necessidade de um "contrato social".

Do exposto concluímos:

I — Que a existência de um estado primitivo da humanidade fora da vida social é uma suposição puramente gratuita, sem correspondência a nenhum dado histórico sério;

II — Que pelo contrário, a natureza do homem e suas múltiplas necessidades indicam a necessidade da vida social;

III — Que, em resumo, do ponto de vista moral e social, esta teoria é perigosa porquanto admite implicitamente a revolução, como um justo direito do povo, em face de uma suposta falta dos governantes.

III — A SOCIEDADE CIVIL É A OBRA DE UMA DUPLA VONTADE: DE DEUS E DO HOMEM.

OBRA DA VONTADE DE DEUS — A vontade divina não se manifesta somente pelos mandamentos ou pelos preceitos de uma lei positiva.

Está escrita de maneira clara e evidente na natureza dos seres que saíram das mãos de Deus. Ele os fez de tal maneira, tendo em vista os fins correspondentes dos mesmos. A existência da sociedade humana está contida em gérmen na alma do homem, no dia mesmo de sua criação.

Três considerações a fazer:

a) *Deus criou o homem sociável* — Se os homens procuram irresistivelmente a companhia de seus semelhantes e encaminham todas as suas forças para crear, através das vicissitudes da história, a vida colectiva, é sem dúvida, porque eles a tal facto são compelidos por uma poderosa inclinação natural. Assim todos os povos, mesmo os menos evoluídos, não tiveram repouso, antes de haver realizado uma forma qualquer de sociedade política. Desde a tribo selvagem, até a monarquia, a república ou as ditaduras modernas, o movimento é o mesmo. Sob uma forma mascarada ou cintilante, o homem se entrega a uma vida política. Diante da universalidade de um tal facto, como não admitir a naturalidade da tendência, que o produz invariavelmente? Ora, a natureza é obra de Deus, realização no tempo de uma ideia eterna, participação finita do Ser Infinito.

b) — *O homem pela união procura a protecção que lhe é indispensável* — Pode-se afirmar, com efeito, que normalmente o homem não pode conservar a própria vida, sem o concurso de seus semelhantes. Foi assim que ele pôde dominar as grandes energias da natureza. Para isto conseguir, foi preciso o trabalho solidário das gerações. As forças do mal, por seu turno, estão constantemente ameaçando a civilização e o direito. As paixões individuais procuram uma satisfação e um saciamento em desprezo das leis da natureza e das justas reivindicações destes que elas lesam. Os fortes esmagam os fracos, impondo-lhes regimens tirânicos ou condemnando-os à escravatura. A autoridade social é só meio de frear a injustiça.

c) — *A união dos homens é a condição do progresso humano* — Verdade incontestável no triplice ponto de vista intelectual, moral e físico. Na ordem intelectual o homem não pode bastar-se a si mesmo, como também não pode progredir só. A ciência moderna não é senão o fruto da cooperação das inteligências no plano do espaço como no plano do tempo. As grandes descobertas são obra de gerações de sábios, que transmitiram suas observações e suas experiências pessoais. Dá-se o mesmo na ordem moral. Uma civilização é o resultado do esforço secular e colectivo dos homens em todas as ordens de actividade. A família é insuficiente para crear um tal estado de cousas. Ela não dispõe de um dinamismo bastante poderoso e bastante extensivo, para drenar todas as energias espirituais e materiais necessárias a uma tal realização. As grandes conquistas sociais da idade moderna são obra dos agrupamentos sociais e profissionais, e não encontram seu remate indispensável, senão na grande colectividade do Estado. Deus subordinou os diversos progressos no agrupamento de todos em uma vasta e perfeita sociedade e só sua Vontade Soberana é, em definitivo, responsável por sua instituição. Para a ordem física, pode-se

referir aos dois parágrafos precedentes. As mesmas razões valem na espécie.

OBRA DA VONTADE DO HOMEM — "Se considerarmos, todavia, a sociedade sob um outro aspecto, o da realidade histórica e concreta, veremos que ela pode ser por vezes o resultado de uma vontade colectiva ou de um pacto. As nações, tais como nós as conhecemos, são o resultado de inumeráveis circunstâncias históricas ou morais e de factos contingentes, onde a vontade do homem tem tido a sua parte, onde ela se afirmou, onde ela combateu, onde ela tem sofrido. Os Estados não aparecem de repente em bloco com todas as peças já constituídas. Foi preciso o tempo, foi precisa a intervenção favorável ou contrária dos homens. Múltiplos elementos mesclaram-se para sua elaboração: paixões, submissões e conquistas.

E' por isso tudo que hoje há ingleses, franceses, alemães".

A seguir Jules Bernard Gingras passa a examinar os seguintes problemas: De onde provém a autoridade política, qual o papel dessa autoridade, que poderes lhe são necessários, quais os limites do poder político. Continua depois a examinar as questões referentes à democracia, ao parlamentarismo e ao sufrágio popular. Enfrenta as teses referentes ao Estado diante de Deus, da Igreja, das Nacionalidades, da Economia.

Como se pode deprender da parte transcrita e da indicação dos demais capítulos que a seguem, o mencionado livro é dos mais oportunos. Oxalá, encontre na juventude estudiosa do Brasil a acolhida que merece. Possam as sementes lançadas pelo autor germinar, dando como resultado ricas e copiosas messes.

CYRO POLICENO JUNIOR
(São Paulo)

ÍNDICE GERAL DO VOLUME III (1952)

| | |
|---|-----|
| Editorial | 3 |
| Francisco José Velozo — O primeiro reino católico da Europa | 7 |
| Miguel Fagoaga G. Solana — La doctrina social de Pio X | 23 |
| Rafael Gamba Ciudad — El sentido profundo de la cuestión social según Balmes | 30 |
| Tito Lívio Ferreira — Através de "Os Sertões" e à margem da História | 45 |
| Alberto de Monsaraz — A Poesia e o Tempo | 74 |
| Frontispício | 83 |
| J. P. Galvão de Sousa — António Sardinha e nós | 85 |
| Francisco Elias de Tejada — La lección de António Sardinha | 107 |
| António de Magalhães, S. J. — O sentimento religioso na obra poé- tica de António Sardinha | 119 |
| Arlindo Veiga dos Santos — "Roubo de Europa" | 137 |
| Amândio Cesar — O poeta António Sardinha | 150 |
| F. Cunha Leão — Consciência lusiada de uma obra | 155 |
| Carlos Lobo de Oliveira — António Sardinha, poeta da "Pequena Casa Lusitana" | 158 |
| Rui Galvão de Carvalho — António Sardinha, trovador das coisas humildes | 165 |
| Arlindo Veiga dos Santos — Ponderações à margem do Centenário de Dona Isabel I do Brasil, Imperatriz no exílio | 203 |
| J. P. Galvão de Sousa — O fundamento objectivo da ordem moral e jurídica | 212 |

COMENTÁRIOS

| | |
|---|-----|
| Fernando de Aguiar — No 26.º Centenário da morte de António Sardinha | 181 |
|---|-----|

DISCURSOS E CONFERENCIAS

| | |
|--|-----|
| Miguel Trigueiros — Estrelas para um novo Céu | 227 |
| Maurício Benedicto Ottoni — São Francisco de Assis e os nossos tempos | 238 |

TRANSCRIÇÕES

| | |
|---|-----|
| Luis de Almeida Braga — Evocação de António Sardinha | 189 |
| Manuel Lopes de Almeida — Restaurar Portugal para Portugal .. | 191 |

DOCUMENTOS

| | |
|---|-----|
| Alberto de Monsaraz, Hipólito Raposo, José Pequito Rebelo e Luis de Almeida Braga — Portugal restaurado pela Monarquia | 195 |
| Circular da Sagrada Congregação dos Seminários ao Episcopado do Brasil | 246 |

SAUDADES

| | |
|-----------------------|-----|
| Charles Maurras | 244 |
|-----------------------|-----|

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

| | |
|---|-----|
| Cyro Policeno Junior — Um livro e uma esperança | 254 |
|---|-----|

REVISTAS

| | |
|---------------------------|----|
| "Scientia Iuridica" | 79 |
|---------------------------|----|

Reconquista

VOL. III

1952

Diretor: *José Pedro Galvão de Sousa*

Secção portuguesa: *Fernando de Aguiar*

Sección castellana: *Francisco Elías de Tejada*



LABORTERAPICA S. A.

INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA



RUA CARLOS COMES, 924 — SANTO AMARO (S. PAULO)

Fabricantes de Produtos Farmacêuticos Marca LABOR

VITAMINAS

HORMÓNIOS

INSULINA

AMINOÁCIDOS

ACIDO P. AMINO SALICÍLICO (P.A.S. LABOR)

LABORTERAPICA

(UMA INSTITUIÇÃO APOIADA NA CONFIANÇA DO MÉDICO)

Capitais, Direcção, Orientação e Técnicos brasileiros.

RESOLVA SEU PROBLEMA!!!

- + V. S. não tem tempo para tomar notas e apontamentos de estudos e leituras?
- + V. S. quer, com gasto **mínimo** de energia e tempo, tirar o **máximo** rendimento de sua actividade intelectual?
- + V. S. não tem tempo para traduzir e resumir os artigos das melhores revistas?
- + V. S., especialista em algum ramo do saber quer adquirir uma **cultura geral** sólida?
- + V. S. quer ficar a par dos grandes acontecimentos e problemas do homem moderno e interpretá-los à luz dos grandes princípios da filosofia e da moral?

CONHEÇA E ASSINE

ENCICLOPÉDIA DECIMAL

...uma biblioteca em seu lar...

UNIVERSAL

ATUAL

SINTÉTICA

PRÁTICA



publicada mensalmente em fichas

**ASS.
ANUAL
Cr\$100**

SUPERVISÃO DA ACTIVIDADE MUNDIAL

V. S. SABERA:

- + Por que ENCICLOPÉDIA
- + Por que DECIMAL
- + Por que PUBLICADA EM FICHAS
- + Por que SUPERVISÃO DA ACTIVIDADE MUNDIAL
- + Por que o uso do ÍNDICE CLASSIFICADOR

EM SUMA: Cada ficha da ENCICLOPÉDIA DECIMAL é uma lição de sabedoria perene que expõe e ensina de modo prático e eficiente como os grandes sábios e pensadores julgam e interpretam os problemas do homem e do universo que o envolve.

PEDIDOS E INFORMAÇÕES:

ENCICLOPÉDIA DECIMAL

AV. IPIRANGA, 1.123 - 6.º ANDAR
Tel. 32-6620 - Caixa Postal, 2.170
SAO PAULO - BRASIL

APÓSTOLO E PATRIOTA

Dentre as expressivas referências da imprensa de Portugal e do Brasil ao último número de *Reconquista*, consagrado a António Sardinha, destacamos o seguinte artigo de João de Scantimburgo, Diretor dos "Diários Associados", no "Diário da Noite" de S. Paulo de 3-X-32.

Uma das teses que mais me têm preocupado na observação dos fenómenos sociais e da conjuntura política brasileira, é a do desquite entre o homem público da actualidade e o passado da nação. Vai morrendo, progressivamente vai se anemizando, a ideia de pátria, a coesão social que a partidocracia brasileira ignora.

Não temos uma ideia, uma grande ideia pela qual nos dediquemos. Todas as pregações cívicas feitas nos últimos sessenta anos malograram, seja pela irrealdade intrínseca que as caracterizaram, seja pela ausência de emoção receptiva nas massas populares.

Só encontra eco — é acaciano, mas via de regra passa despercebida essa verdade, — a ideia que corresponde a um anseio ou estado de espírito. Não a temos no Brasil dos nossos dias, onde o povo, a pátria, o passado da nação, as tradições mais caras do país são obstinadamente desconhecidos e não procuram os políticos aprendê-los.

Dal ser imperioso suscitar no Brasil uma ideia, um símbolo que congreguem em torno das suas forças interiores, da mística que possam despertar, os brasileiros de boa vontade, em cujo coração possa vir a queimar ainda o amor à pátria.

Precisamos voltar para o passado, se quisermos ter aqui um futuro. A tradição é essencial para a sobrevivência das nações. Tenho agora em mãos um número da admirável revista "Reconquista", dirigida com superior competência pelo professor José Pedro Galvão de Sousa, sobre António Sardinha, um evangelizador, um doutrinador em quem o adjectivo "grande" se casa com a exatidão de um esparadrapo.

Deve-lhe muito Portugal, e mais ainda viria a dever, se a morte não o tivesse roubado ao convívio dos vivos, em momento solar da sua extraordinária inteligência.

Apóstolo dos princípios eternos, do Portugal restaurado, da volta aos caminhos perdidos da tradição, António Sardinha foi, no seu tempo e na sua época, um guia, a cuja inteligência a Providência confiou o alto munus de desventar os perigos que ameaçavam a sua estremecida pátria.

Mestre da contra-revolução, procurou galvanizar com o seu verbo quente, sincero, corajoso, as devastações que a revolução vinha fazendo em Portugal. Conseguiu reunir em torno da sua pregação um grupo numeroso de amigos e dedicados companheiros, os quais, com serenidade, renúncia e amor à terra, se esforçaram por operar em Portugal o movimento de resgate da nação dos seus inimigos, nacionais e estrangeiros, metecos de dentro e de fora.

Prestou a revista "Reconquista", graças ao professor José Pedro Galvão de Sousa, inestimável serviço aos pensadores brasileiros que se interessam não pelas bambuchatas da política facciosa, sem princípios, medíocre, rasteira, mas pela nação eterna, grande e respeitada.

Permito-me, por isso, a vênia de sugerir que leiam o último número de "Reconquista", para tomarem contacto com um dos mais robustos pensadores políticos de Portugal e um dos mais apaixonados patriotas que o mundo, este aflito e revolucionado mundo, já conheceu.

